



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DESSO

BRENDA BEATRIZ SILVA

O ATIVISMO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS EM NATAL/RN:
RESISTÊNCIA CONTRA AS DESIGUALDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

NATAL

2018

BRENDA BEATRIZ SILVA

O ATIVISMO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS EM NATAL/RN:
RESISTÊNCIA CONTRA AS DESIGUALDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Roberto Marinho Alves da Silva

NATAL

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Silva, Brenda Beatriz.

O ativismo de organizações de mulheres negras em Natal/RN: resistência contra as desigualdades de raça, gênero e classe / Brenda Beatriz Silva. - Natal, 2018.

85f.: il.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva.

1. Serviço Social - Monografia. 2. Violência contra a mulher - Monografia. 3. Mulheres - Gênero - Monografia. 4. Violência - Raça - Monografia. 5. Movimento social - Mulheres negras - Monografia. 6. Mulheres negras. I. Silva, Roberto Marinho Alves da. II. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 364.632-055.2

BRENDA BEATRIZ SILVA

O ATIVISMO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS EM NATAL/RN:
RESISTÊNCIA CONTRA AS DESIGUALDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Monografia apresentada à Coordenação
do Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 05 / 07 / 2018

Prof. Roberto Marinho Alves da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador

Prof.ª D.ª Maria Ilidiana Diniz
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador Interno

Sabrina de Lima Silva
Assistente Social
CRESS/RN 5245
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma realização de um sonho e de mais uma etapa que termina. Contudo, não cheguei aqui sozinha, foram muitos e muitas que contribuíram para que eu chegasse até aqui. Por isso, agradecer torna-se um ato genuíno, pois significa reconhecer aqueles que foram essenciais para minha conquista.

Inicialmente, agradeço aos meus pais/avós Maria Aparecida Silva e Ildo Alves de Melo que, durante toda a minha vida, batalharam para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, sempre motivando-me a seguir em frente, assim como também aos meus irmãos e irmãs, tio e primos(as) por serem minha base, por acreditarem que eu era e sou capaz, além de todo apoio prestado.

Agradeço também ao meu companheiro e amigo Denis Castro, que esteve comigo durante este percurso, sendo meu ponto de apoio, ajudando-me e contribuindo de alguma forma com o meu trabalho, estando sempre presente nas horas difíceis.

Tais palavras de gratidão não serão uma recompensa justa por tudo o que me proporcionaram. E, nesta caminhada, não poderia deixar de agradecer aos meus/minhas professores/as que estavam dispostos a abraçar a tão árdua tarefa de ensinar, de compartilhar o que sabiam e de provocar questionamentos em nossas cabeças. Desse modo, agradeço a todos os professores/as que tive pelo empenho prestado e contribuição dada na minha formação. Em especial ao meu orientador, Prof. Roberto Marinho Alves da Silva, que, mesmo diante de um tema bem diferente do seu tema de estudo e pesquisa, comprometeu-se a me ajudar nesta caminhada, agradeço pela dedicação e compromisso prestados como também pela paciência tida.

Durante esta caminhada não poderia deixar de citar sobre um ponto significativo na minha formação profissional: o campo de estágio. Nesse momento tive a oportunidade de conhecer profissionais realmente dedicados a realizar seu trabalho com qualidade, recebendo-me de braços abertos e com disposição para transmitir suas experiências e auxiliar na minha formação. Diante disso, não poderia deixar de agradecer aquelas que fizeram, parte de alguma, forma da constituição deste trabalho, sendo assim, agradeço a prof.^a Dra. Maria Ilidiana e a Assistente Social Sabrina Lima.

Para além do estágio obrigatório, tive a oportunidade de realizar o estágio não obrigatório, espaço este que pude conhecer pessoas maravilhosas que contribuíram para minha formação profissional e pessoal. Aqui, gostaria de agradecer em especial as assistentes sociais

Thaís Nascimento, Romeika Figueiredo e Crislane Sena por todo ensinamento repassado, como também a um amigo querido, Adson Alves, pelos momentos de descontração.

No cotidiano de vivência na universidade, enfrentei diversos obstáculos, contudo fiz muitos amigos e amigas que me acolheram e me ajudaram nesse processo. Agradeço a todas e a todos por tudo, e desde já sinto saudades das conversas diárias que compartilhamos, pelos momentos de descontração e compartilhamento de saberes. Expresso ainda o meu agradecimento a Pollyana Guedes que esteve comigo, sendo uma amiga e irmã. Agradeço por todos os momentos.

E, por fim, agradeço a todas as mulheres negras que ousaram lutar e resistir numa sociabilidade marcada pelo preconceito racial e de gênero. A elas dedico este trabalho.

Por Luciene Nascimento

Nunca esqueci
Soninha Freitas
Palestrando em Bê-á-bá
Sobre a complexidade do problema do
racismo no Brasil
Ela dizia algo como
Bom exemplo é a construção
Pense em paredes de uma residência
Tijolos formam a estrutura
Com concreto a arquitetura
Ganha formato e aparência
Sociedade é construção
E o racismo é o cimento
Componente estrutural
Formador fundamental do interior e do
acabamento.
Nessa fala eu acrescento
Nossa estrutura social foi forjada no
sofrimento
Houve esforço intencional, atuante,
fraudulento,
Apoio internacional à tese do
embranquecimento
Descolorindo e repintando
Tinta de sangue e caneta
Se não branqueou os corpos
Alvejou as almas pretas
Impôs ao traça apagamento
Resultado: parda, morena, mulata, mestiça,
400 anos de injustiça e a paz se faz mais
omissa que a melanina na sua tez?
Então compreenda de uma vez:
Se a tua história de pigmenta e a sociedade
te lê marginal
A necessidade te orienta a querer justiça
racial
Mas eu sugiro que seja atenta, não só
cortar o eufemismo
Mais lutar por protagonismo no que
realmente te representa
Porque se o racismo que experimenta
respeita regras gerais.

É mais cruel pra quem aparenta
Quanto mais preta mais desigual
Mas há motivo de luta pra todas nós afinal
Preferida ou preterida
Preta ou parda IBGE.
A vantagem é auferida por quem o sistema
racista quer
Queremos desconstrução
Porque tentar sugar cimento sem romper
esta estrutura capital é como por atadura
em anos de adoecimento
Concerto é planejamento,
Consciência e postura,
Análise de conjuntura
Vontade de conhecimento
Educação rima com coisa muito simples.
Rima com a escola falando das coisas
nossas, mas não só em novembro, rima
com aprender que questão racial é esforço
coletivo.
Que ter medo da polícia não é por acaso
Que a propaganda não é inocente,
Que se a senhora preta não te olha nos
olhos pra falar com você doutor
É responsabilidade sua educar os seus
filhos pra respeitar os meus filhos
Para que as próximas senhoras pretas não
tenham esse peso no olhar
Sociedade é construção é o racismo é o
cimento
Componente estrutural
Formador fundamental do interior e do
acabamento.
Tem que haver desconstrução
Porque tentar sugar cimento sem romper a
estrutura
É como por atadura em anos de
adoecimento
Concerto é planejamento,
Consciência postura,
Análise de conjuntura
Vontade e conhecimento

RESUMO

Historicamente, a violência contra as mulheres negras tem sido uma realidade na sociedade brasileira, onde essas são transpassadas pela via da tripla opressão: a de raça, gênero e a de classe social que, por sua vez, vai implicar na forma como essas se veem e se constroem enquanto coletivo. O movimento de mulheres negras, no decorrer da história, sempre esteve engajado na busca pelo enfrentamento das desigualdades provocadas por tais categorias, sempre dando ênfase às suas demandas específicas que tanto o movimento negro quanto o movimento feminista de modo geral não levaram como pertinentes. Diante disso, mesmo após toda esta batalha no enfrentamento de tais questões, o que se percebe é que ainda se faz necessário lutar, haja vista que na sociedade contemporânea há um aprofundamento das desigualdades sociais. Desse modo, o trabalho ora apresentado busca analisar como o ativismo de organizações de mulheres negras em Natal/RN – especificamente o “Coletivo As Carolinas” e o “Coletivo Negras de Periferia” - empreende ações de resistência coletiva no confronto das desigualdades de raça, gênero e classe. O estudo de cunho qualitativo orienta-se pelo materialismo histórico dialético, utilizando-se de fontes bibliográficas e documentais relacionadas à violência contra mulheres negras, ao racismo, ao patriarcado e à condição de classe social, busca observar e influir reflexão sobre como os movimentos de mulheres negras vêm empreendendo ações contra tais problemáticas. Essas mulheres utilizam-se das redes sociais como instrumento político de afirmação e resistência no confronto das desigualdades sociais de gênero, raça e classe como, também, fortalecem-se na criação de espaços de diálogo.

Palavras chave: Mulheres negras. Raça. Gênero. Classe Social. Violência contra as mulheres. Movimento de mulheres negras.

ABSTRACT

Historically, the violence against black women has been a reality in Brazilian society, where these are transpassadas via the triple oppression: race, gender and social class, which in turn will result in how these black women if they see and are constructed as a collective. .The movement of black women in the course of history has always been engaged in the search for the face of the inequalities caused by such categories, always emphasizing their specific demands that both the black movement and the feminist movement in general have not led as pertinent. . In addition, even after all this battle in the face of such issues, what we perceive is that it is still necessary to fight, considering that in contemporary society there is a deepening of social inequalities. Thus, the present work seeks to analyze how the activism of organizations of black women in Natal/RN, they are the "Coletivo As Carolinas" and the "Coletivo Negras de Periferia", undertake actions of collective resistance in the confrontation of inequalities of race, gender and class. The study of a qualitative nature, guided by historical materialism dialectic, using documentary and bibliographic sources related to violence against black women, racism, patriarchy and the condition of social class, seek to observe and reflect on how to influence the movements of black women comes by undertaking actions against such problems. These women are using social networks as a political instrument of affirmation and resistance in the confrontation of social inequalities of gender, race and class as well as to strengthen each other in creating spaces for dialog.

Key words: Black women. Breed. Genre. Social class. Violence against women. Movement of black women

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2. A CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL.....	16
2.1 Gênero, raça e classe social: categorias fundamentais para o entendimento da opressão contra as mulheres negras.....	16
2.2 Gênero, raça e classe social: uma abordagem interseccional das violências praticadas contra as mulheres negras no Brasil	36
3. NUANCES DA RAÇA E A AUTOIDENTIFICAÇÃO COMO AFIRMAÇÃO DE RESISTÊNCIA NEGRA.....	46
3.1 Críticas feministas à produção de conhecimento hegemônico: feminismo da igualdade e da diferença.....	46
3.2 Identificação e aceitação da identidade negra feminina como formas de resistência	49
4. O ATIVISMO DE MOVIMENTOS FEMINISTAS NEGROS EM NATAL	58
4.1 Trajetórias dos Movimentos Feministas Negro.....	58
4.2 Ativismos de organizações de mulheres negras em Natal/RN.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

Considerando os entrelaçamentos dos aspectos de raça, gênero e classe social, as mulheres negras são a base da pirâmide social existente na sociedade brasileira, como aponta Darcy Ribeiro (2015), uma vez que além das violações de direitos que sofrem em decorrência do gênero, são vítimas do racismo estruturante da sociedade, estando presente neste entrelace a classe, como uma das categorias fundamentais para tal apreensão. É nesse sentido que busco entender uma das expressões da questão social, que é o entrelaçar de gênero e de raça mais a dimensão da classe, que acaba por ter como manifestação as violências sofridas por mulheres negras, e como essas mulheres empreendem ações frente a tais problemáticas.

Vale ressaltar que a minha aproximação com a temática da questão racial se deu em meados do ano de 2016, após realização de um artigo elaborado para uma disciplina do curso de Serviço Social da UFRN. Foi na elaboração desse artigo que pude me deparar com questões sobre a negritude. No caso, a discussão sobre a aceitação e rejeição do cabelo afrodescendente. Dessa forma, a minha luta iniciou-se pela estética. Partindo desse encontro, as minhas pesquisas e análises em torno da temática, e não só sobre ela, mas também sobre a negritude feminina, tornaram-se ainda mais amplas, principalmente depois de ingressar em um grupo de estudos criado por mim e um amigo intitulado como GEDEA – Grupo de Estudos AFROMERINDIOS.

Ser mulher e negra me fizeram ter maior aproximação com a temática, pois reconheço-me nas leituras e percebo o quanto é relevante e vem me dando grande significado, de modo que passo a entender e refletir sobre quem sou e o espaço que ocupo. Por isso, tal trabalho é importante não só para aprofundamento pessoal sobre a temática mas, também, como forma de coloca-la para reflexão, uma vez que as mulheres negras ainda continuam sofrendo, sobretudo, com as opressões oriundas do patriarcado e do racismo e que, ainda são invisibilizadas.

No período das buscas teóricas para dar embasamento a este trabalho, percebemos a insuficiência de monografias, artigos e pesquisas relacionadas a esta temática, que desse conta de uma problemática tão complexa, que é o racismo atrelado a outras categorias de opressão. É nesse sentido que o trabalho ora apresentado se mostra relevante para o Serviço Social, a medida em que visa trazer para o campo dessa categoria reflexões acerca do racismo, gênero e de classe e de como os movimentos feministas negros realizam o enfrentamento dessas desigualdades.

Nesta perspectiva, no que se refere a Questão Social e suas diversas expressões, objeto de intervenção do Assistente Social, percebemos que a maior parte dos indivíduos que estão imersos nesse processo de desigualdade é a população negra, portando não podemos fechar os olhos para esta realidade, uma vez que o recorte de raça, classe e de gênero vai perpassar todos os aspectos da vida social dos sujeitos, como educação, saúde, segurança dentre outros. Nesse sentido se faz necessário repensar o fazer profissional, buscando a partir das reflexões postas, ultrapassando uma mera análise superficial, encontrar estratégias de atuação que visem a redução de danos aos usuários, particularmente a população negra, alvo constate da violação de direitos, onde sua atual situação é reflexo de uma sociedade que foi e é pautada pelo racismo, pelo preconceito de gênero e de classe. A pouca existência de políticas públicas para esta população vai demonstrar uma ausência do comprometimento do Estado em promover políticas sociais que realmente garantam uma cidadania plena. E o Assistente social, no bojo dessas relações é chamado a intervir, atuando de forma a construir e manusear essas políticas, na garantia e defesa de direitos.

A trajetória da formação da sociedade brasileira contribuiu para que houvesse a escravidão e com ela tivemos inúmeras consequências, deixando marcas profundas que até hoje, de forma pujante, resiste. A escravidão acabou, mas ainda persistem em nos açoiar as mentes e os corpos de variadas formas. Na sociedade que se configura hoje, as mulheres negras são triplamente oprimidas, além do viés patriarcal ou racista, como fazem parte de uma maioria pobre, sofrem outro tipo de opressão, o de classe social. Nesse sentido, é imprescindível que se discuta e busque entender a articulação mais profunda entre essas especificidades.

É, justamente, levando em consideração a realidade social das mulheres negras, que este trabalho se constrói, entendendo não haver dissociação entre racismo, gênero e classe. Diante disso, busco compreender, a partir dessa relação, como o ativismo de grupos de mulheres negras empreende as ações de resistência coletiva no confronto das desigualdades de raça, gênero, classe. Para tanto, faz-se necessário resgatar o surgimento e a trajetória das lutas femininas negras a partir da seguinte questão norteadora da pesquisa: como esses grupos de mulheres negras constroem a sua identidade como ponto de afirmação da resistência e do enfrentamento às desigualdades?

Diante de tais questões, considera-se este tema relevante na medida em que a violência contra as mulheres se mostra como uma problemática crescente de violação de direitos, sendo importante discuti-la para que, em um futuro próximo, possamos mudar o sistema ou, pelo menos, minimizar os efeitos oriundos dele. O que se percebe é que, por muito tempo, a violência estrutura-se na nossa sociedade como algo natural, seja dentro dos espaços privados, no seio

familiar ou, até mesmo, no Estado que não se contém em usar sua força para paralisar e manter sob controle a população. A violência contra a mulher é algo histórico, as mulheres são tidas como frágeis e dóceis e deveres são colocados sobre elas. Diferentemente dos homens, elas são subjugadas a partir do seu sexo biológico, sofrendo inúmeras violações e discriminações que vão além de insultos, chegando à violência letal.

As mulheres negras, no período colonial, sofriam das mais diversas violações de direitos, dentre elas, seus corpos eram escravizados e tidos como objeto sexual. Ocupavam, e até hoje ocupam, o posto mais baixo da pirâmide social. No que se refere à violência doméstica, assim como as mulheres brancas, as mulheres negras também sofrem com este mal no âmbito privado. Somente a partir da década de 1970 é que questões como essas passam a ficar mais visíveis, quando vão surgir iniciativas em defesa dos direitos das mulheres. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, intitula o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher, propiciando que produções intelectuais feministas ganhassem notoriedade (SILVA, 1992).

No Brasil, somente no final do Século XX surgiram algumas iniciativas de políticas públicas em favor da mulher, a exemplo da criação das Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher - DEAMs, que vieram sendo adotadas como ferramentas legais de amparo à mulher (QUEIROZ, 2012). Mais tarde, em 2006, foi aprovada a Lei Maria da Penha, marco legal para proteção à mulher vítima de violência doméstica, instituída pelo Estado brasileiro, uma vez que foi penalizado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) por omissão e negligência, já que não efetivou as condenações contra o agressor da vítima, no caso, o ex-esposo da Maria da Penha.

As mulheres negras ainda são vítimas diariamente de inúmeras violências. Se no âmbito privado estão sujeitas às mesmas violações de direitos decorrente do gênero, no âmbito público, essas violências amplificam-se, uma vez que não se leva em consideração somente o gênero, mas também a raça que, por sua vez, também é fator estruturante e propenso à discriminação. As mulheres negras sofrem maiores violências decorrentes da raça/cor no Brasil, totalizando cerca de 31% dos dados obtidos pelo Instituto Datafolha em 2017¹.

A taxa de homicídios contra mulheres negras no Brasil, entre os períodos de 2005 à 2015, sofreu variações, tendo seu pico no ano de 2012, chegando aproximadamente à 5,5 de

¹ Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

homicídios segundo o Atlas da Violência². Enquanto, de forma geral, a taxa média de homicídios contra mulheres no Brasil, analisada no mesmo período, ficou em 4,8 de homicídios. O que se percebe é que o número de mulheres negras vem se mantendo numa regularidade, sendo sua média de 5,2 maior do que no contexto geral. De forma geral, analisando os gráficos, percebe-se que houve um crescimento de 22% da mortalidade de mulheres negras nos períodos de 2005 a 2015 e uma redução de 7,4% da mortalidade de mulheres não negras.

O Mapa da Violência³ também apresenta dados preocupantes em relação ao aumento de homicídios contra pessoas negras. Para se ter ideia, no período entre 2003 a 2013, as taxas de homicídios de brancos por AF caem de 14,5 para 11,8 em 100 mil brancos, enquanto as taxas de homicídios de negros aumentam de 24,9 para 28,5. As taxas de brancas caem 18,7% e as de negras aumentam 14,1%. O aumento não somente dos homicídios como, também, em relação a outros tipos de violência, segundo uma busca feita pela Agência Patrícia Galvão nos variados meios estáticos, identificou dados alarmantes, dentre eles estão que:

- 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica são mulheres negras, segundo o Balanço do Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher/2015.
- 53,6% das vítimas de mortalidade materna são negras segundo o SIM/Ministério da Saúde/2015.
- 65,9% das vítimas de violência obstétrica são negras - Cadernos de Saúde Pública 30/2014/Fiocruz
- 68,8% das mulheres mortas por agressão são negras- Diagnóstico dos homicídios no Brasil (Ministério da Justiça/2015)
- E as mulheres negras tem duas vezes mais chances de serem assassinadas que as brancas segundo a Taxa de homicídios por agressão: 3,2/100 mil entre brancas e 7,2 entre negras (Diagnóstico dos homicídios no Brasil. Ministério da Justiça/2015)
- 56,8% das vítimas de estupros registrados no Estado do Rio de Janeiro em 2014 são negras, segundo o Dossiê Mulher RJ (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro/2015).⁴

² Atlas da Violência 2017. Brasília, IPEA e FBSP. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf> acessado em 31 de Novembro de 2017.

³ Mapa da Violência 2015. HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em: 31 de Novembro de 2017.

⁴ O Instituto Patrícia Galvão é uma organização social sem fins lucrativos que atua nos campos do direito à comunicação e dos direitos das mulheres brasileiras. As informações retiradas do site estão disponíveis em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/feminicidio/biblioteca/mulheres-negras-e-violencia-no-brasil/>> e estão colocadas de forma descritiva.

A partir dos dados apresentados, bem como das observações feitas sobre a realidade social que, por sua vez, demonstram um grau elevado de violência contra as mulheres negras, oriundo das diferenciações de raça, percebo que há a necessidade de aprofundar os estudos e de ampliar o debate nos diversos espaços da sociedade sobre a questão da violência contra as mulheres negras, buscando identificar como estas mulheres resistem a violações de direitos, a partir da inserção em grupos de luta, como é o caso dos movimentos de mulheres negras em Natal/RN. É preciso trazer para a discussão as questões estruturais e, a partir daí, desconstruir valores que reforçam desigualdades sociais de raça, classe e de gênero.

É nessa perspectiva que o estudo realizado se materializou a partir do objetivo de analisar como o ativismo de grupos de mulheres negras em Natal/RN, na cena contemporânea, empreende as ações de resistência coletiva no confronto das desigualdades de raça, gênero e classe.

O estudo teve como objetivos específicos: a) mapear as organizações e trajetórias de lutas das mulheres negras em Natal/RN; b) identificar as ambivalências da construção e da aceitação da identidade negra feminina como ponto de afirmação da resistência de mulheres negras; e c) analisar o entrelaçamento das questões de raça, gênero e classe social, considerando as lutas feministas negras de enfrentamento do patriarcado, do racismo e da desigualdade social.

A pesquisa, de natureza qualitativa, teve um caráter exploratório, tendo sido desenvolvida com base em estudos bibliográficos e levantamento documental. A abordagem metodológica toma por base o materialismo histórico dialético proposto por Marx, uma vez que nas sociedades a cultura é modelada pela história, numa relação dialética com a base material. Considera-se, portanto, que, no sistema capitalista no qual vivemos, expandem-se as sequelas da questão social, tendo seu aprofundamento na forma como vai se dar a apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente construída, manifestando-se em disparidades políticas, econômicas e culturais das classes sociais que acabam por serem mediatizadas por relações de gênero, além de conter características étnicos raciais e das formações regionais, como coloca Iamamoto (2013). Também faço uso do “nó analítico” a qual Saffioti (2004) faz referência em seus escritos, enquanto estratégia metodológica de compreensão das interconexões entre as dimensões de raça, classe e de gênero. Desse modo, também uso a categoria analítica da interseccionalidade ou teoria interseccionalde identidades sociais e sistemas de opressão, como um instrumento de luta política (HIRATA, 2014).

Na pesquisa bibliográfica foram utilizadas fontes relacionadas às seguintes temáticas ou categorias de análise: a violência contra mulheres; o racismo e relações de gênero; as origens e expressões contemporâneas do patriarcado; a condição das mulheres negras, além do debate

sobre os chamados “novos movimentos sociais”, destacando o movimento feminista e a perspectiva de gênero nas lutas sociais. Essa revisão da literatura permitiu observar e refletir sobre as principais categorias de análise relacionadas à questão do estudo, bem como identificar e contextualizar os condicionantes materiais e históricos geradores da violência contra as mulheres negras e de como essas vêm enfrentando-os.

Os levantamentos de informações documentais foram realizados a partir de artigos, base de dados estatísticos e documentos (relatórios e manifestos) dos coletivos de mulheres negras em Natal, dentre outros. Os dados estatísticos foram coletados em portais de pesquisa confiáveis, tais como o IPEA (Atlas da Violência como também no Mapa da Violência) e dados compilados pelo Instituto Patrícia Galvão, que produz estatísticas sobre a mulher negra, que vai evidenciar a realidade dessas mulheres. Foram identificadas, para o estudo, as seguintes organizações coletivas que atuam em Natal/RN: Associação de mulheres de Felipe Camarão, o Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz, Núcleo Amélias, Fórum de Mulheres, o Movimento Mulheres em Luta, o Coletivo M.I.G.A, o Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI), Coletivo As Carolinas, Coletivo Negras de Periferia, Juntas Potiguar; Frente Feminista, Setorial Negros e Negras do Levante Popular da Juventude do RN, ENEGRECER. Vale ressaltar que, apesar de ter identificado esses movimentos de mulheres na região de Natal, só iremos abordar sobre o “Coletivo As Carolinas” e o “Coletivo Negras de Periferia”.

Em relação à organização do texto, este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro se constrói a partir de uma aproximação inicial da condição da mulher negra na sociedade brasileira, resgatando categorias centrais tais como o gênero, racismo e classe social a partir de uma abordagem interseccional que reconhece a inseparabilidade de tais categorias no processo de construção identitária.

O segundo capítulo inicia-se com uma crítica feminista a um conhecimento hegemônico produzido a partir de uma perspectiva de matriz branca, heterossexual e de classe média que torna invisíveis os grupos minoritários, dentre os quais as mulheres negras. Posteriormente, discute a contribuição dessas mulheres, através de suas lutas e experiências, sobre a importância da identidade negra como fator fundamental de resistência negra feminina.

O terceiro capítulo traz um resgate do surgimento e da trajetória das lutas femininas negras na afirmação das identidades e na resistência contra a segregação e as violências, destacando duas organizações de mulheres negras do município de Natal/RN.

Por fim, as considerações finais discutem os resultados obtidos na pesquisa, principalmente no que tange ao ativismo das mulheres negras Natalenses frente às desigualdades, destacando algumas questões acerca da temática analisada. Deve-se considerar

que os temas aqui tratados são complexos e, diante disso, o presente trabalho não dá conta de aprofundar a todos, mas pode suscitar curiosidades que orientem novos estudos.

2. A CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL

Nessa parte do trabalho, busca-se discutir a interface entre as categorias centrais para o entendimento da realidade social, sendo elas o racismo, gênero e a classe social, delimitando o que significa cada uma delas e como se relacionam com a realidade de opressão contra as mulheres negras.

2.1 Gênero, raça e classe social: categorias fundamentais para o entendimento da opressão contra as mulheres negras

A categoria gênero surge, segundo Piscitelli (2001) dentro do pensamento feminista, sendo considerado um avanço analítico em contrapartida a categoria “mulher”. Esse termo surge em meio ao debate sobre as discordâncias em relação às diferenças de homem e mulher que seriam apenas biológicas, nesse sentido as feministas buscavam lutar por direitos iguais e entender as diferenças resultantes da relação homem e mulher. Os estudos de gênero então trouxeram para o debate a ideia de que as diferenças não estavam somente na biologia, mas também em diferenças culturais construídas ao longo da história, sem um determinismo biológico.

Segundo Saffioti (2004, p. 107), o termo Gênero foi cunhado pela primeira vez no ano de 1963 por Robert Stoller⁵, mas que na época, esse termo pouco teve significância na academia ou nos movimentos feministas, somente vindo a ter destaque, segundo Piscitelli (2001), depois da publicação de um artigo feito por Gayle Rubin⁶, onde este coloca que gênero se caracteriza como um conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana, no qual estes novos estudos deram origem a perspectiva de gênero.

Ainda em Saffioti (2004, p. 22), o artigo de Rubin, como porta de entrada a novas reflexões sobre as representações sociais feminino e masculino, vai revelar grande sofisticação, devendo ser ressaltada a elaboração social do sexo, sem, contudo gerar dicotomia entre gênero e sexo. Para ela não há como compreender uma sexualidade biológica sem considerar o social em que esta é exercida, entendendo sexo e gênero como uma só unidade. No contexto brasileiro

⁵ Robert Stoller foi um psiquiatra e psicanalista dos Estados Unidos que ficou conhecido por desenvolver teorias sobre a identidade de Gênero e dinâmica de' excitação sexual.

⁶Gayle Rubin é um antropólogo cultural americano mais conhecido como ativista e teórico das políticas de gênero.

este conceito gênero alastrou-se a partir da década de 90, quando a então Scott publicou um artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.

Em seu artigo Scott (1995) coloca que a categoria gênero aparece inicialmente entre as feministas americanas, que por sua vez queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, no qual a palavra gênero acabava por indicar uma rejeição ao determinismo biológico que estava implícito no uso dos termos como sexo ou diferença sexual, no qual marcava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades.

Essa mudança conceitual foi um passo importante, uma vez que trouxe uma atenção para as relações entre homem e mulher como aponta Saffioti (2004). No entanto muitas vezes esse caráter relacional deixa a desejar, uma vez que “se para esta vertente do pensamento feminista gênero é exclusivamente social, a queda no essencialíssimo social é evidente”, quando na verdade o todo deve ser considerado, uma vez que o ser humano é uno e indivisível.

Saffioti (2004) pontua ainda que gênero não é somente uma categoria analítica, mas também histórica, no qual sua dimensão adjetiva vai exigir desvio do pensamento, podendo também se fazer presente nos estudos sobre mulher, e a história desta, ganha muito com investigações desse tipo. Contudo, ela pontua que “a própria Scott percorreu meandros do gênero em sua forma substantiva, como categoria histórica”.

Nesse sentido Scott (1995) coloca que o gênero é dividido em duas partes e várias subpartes, ligadas entre si, mas que deveriam ser analiticamente diferentes, baseado nas diferenças entre os dois sexos, coloca que é uma das primeiras formas de relações de poder, no qual as mudanças que ocorrem das relações sociais vão corresponder sempre as mudanças das relações de poder, não seguindo necessariamente um único sentido.

Ela ressalta ainda que o gênero, como elemento das relações sociais, advindas das diferenças que são percebidas entre os sexos, vai implicar em quatro elementos que se relacionam entre si, o primeiro, se caracteriza através dos “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequências contraditórias)” (SCOTT, 1995, p.86). O segundo elemento se caracteriza através dos:

Conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino (SCOTT, 1995, p. 86).

Como por exemplo, homens não podem se comportar de forma mais afetiva, uma vez que são caracterizados como afeminados. O terceiro elemento se constitui pela “[...] noção de fixidez [...] que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero” (SCOTT, 1995 p.87). E por fim, o quarto elemento que constitui a noção de Identidade Subjetiva, como as identidades de gênero são construídas a partir de uma formação preconceituosa e simbolicamente, os símbolos que predem os sujeitos sobre formas normativas no exercício da subjetividade, tudo amarrado a partir de papéis sexuais de masculino/ feminino, de normalidade ou anormalidade, onde existem vários tipos de mulher.

A categoria gênero era um termo proposto por mulheres que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas existentes. Nesse sentido, o uso do termo gênero indica uma neutralidade mais do que o uso do termo mulheres, integrando a terminologia das ciências sociais, dissociando de política, ou seja, do feminismo, não implicando, segundo Scott (1995) na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo evidencia a parte que sofre com a desigualdade, enquanto que o termo “história das mulheres” vem a revelar uma posição política, o termo gênero não aparece como uma ameaça, criticado por não revelar o sujeito, se configurando em um aspecto que poderia chamar-se de “procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980”.

Nesse sentido Saffioti (2004), coloca que “gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas [...]”. Uma das razões, porém, do recurso ao termo gênero foi, sem dúvida, a recusa do essencialíssimo biológico, a repulsa pela mutabilidade implícita em “a anatomia é o destino”, assunto candente naquele momento histórico.

Segundo Piscitelli (2001) existem diferenças no pensamento feminista, e que depois da década de 1960, elas acabam que partilhando algumas ideias centrais, como por exemplo, que consideram que mulher ocupa lugares sociais de subordinação em relação aos homens, e que também pensam a subordinação como algo que vai variar em função da época histórica, e que ela é universal, podendo ocorrer em todo o lugar em qualquer época histórica conhecida.

E ao introduzir o conceito de gênero nas pesquisas, as feministas tinham em mente denunciar a dominação masculina, analisando a relação entre homem e mulher, e a hierarquização advinda dessa relação, chegando a um questionamento “se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?” (PISCITELLI, 2001, p. 02). Tal questionamento acabou que se tornando algo central para o pensamento feminista da década de 70, e com isso, as feministas buscavam contestar a abordagem funcionalista.

Muitas estudiosas do tema foram se destacando, suas obras tornaram-se leituras importantes para as feministas e muitas dessas obras articulam gênero a outras categorias, tais como classe, raça e sexualidade, no entanto, outras põem gênero como categoria central.

Como pontua Scott (1995), o conceito de gênero trazido por ela alude a um sistema de poder que se baseia em símbolos, atribuídos a homens e a mulheres, sendo determinadas pelo contexto social, econômico e político, diferenciando de sexo que por sua vez é determinada pela biologia.

Nessa direção, Carneiro vai informar a importância de trazer a dimensão racial para a temática de gênero, sobretudo no contexto da sociedade brasileira, a qual pontua que:

Portanto, desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil, que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros e, portanto, se aceita complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (CARNEIRO, 2003).

Em consonância com o que foi proposto por Carneiro (2003), Saffioti (2004) em seus escritos pontua três eixos centrais para a compreensão das relações sociais como se fossem um novelo ou um nó, onde estas categorias, raça, classe e gênero estão envolvidas, sendo elas inseparáveis, sendo importante entender a noção de totalidade. Para Saffioti (2004) a categoria gênero se articula a outras categorias, de raça e classe, e nos oferece uma imagem para melhorar a compreensão de um todo, apontando uma noção de nó analítico, que acaba por envolver o capitalismo, patriarcado e o racismo.

E com a inserção do conceito de gênero houve abandono do conceito de Patriarcado, que era analisado por diversas feministas, porém Saffioti (2004) traz para o seio desta discussão o conceito de patriarcado, alegando que ele tem sua importância para os estudos de gênero, de acordo com ela, o patriarcado traz uma noção mais completa, específica do que o conceito de gênero, uma vez que o conceito de patriarcado deixa explícito o vetor da dominação-exploração, diferentemente do conceito de gênero que parte da generalidade e da neutralidade, coloca ainda que o conceito de patriarcado diferentemente do de gênero perde-se na extensão, já que é um conceito histórico e não a-histórico como gênero, mas que ganha na compreensão. A exemplo do termo utilizado por Bordieu de dominação masculina, Saffioti coloca que:

[...] o patriarcado exprime, de uma só vez o que é expresso nos outros termos, além de trazer estampada, de forma muito clara, a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, automaticamente (SAFFIOTI, 2004, p.100).

Contudo, Saffioti (2004), aponta que o conceito de gênero é mais amplo do que o conceito de patriarcado, no entanto informa a impossibilidade de aceitar a substituição de um conceito por outro, defendendo assim a utilização de ambos, e nesse sentido que este trabalho ora se apresenta, levando em consideração as relações patriarcais de gênero, por acreditar que este termo dá uma noção mais ampla de seu significado, evidenciando o lado dominado nas relações de gênero.

Quanto à categoria raça, sabe-se que é conflituosa e objeto de polêmicas, não sendo apenas uma categoria política para organizar a resistência ao racismo no Brasil, como pontua Guimarães (2002), mas também uma categoria analítica indispensável e única. Segundo o autor a raça revela que as desigualdades e discriminação que a noção brasileira de cor enseja, são efetivamente raciais e não somente de classe, considerando dois pressupostos:

Primeiro, que não há “raças” biológicas, ou seja, na espécie humana nada que possa ser classificado a partir de critérios científicos e corresponde ao que comumente chamamos de “raça” tem existência real; segundo o que chamamos de “raça” tem existência nominal, efetiva e eficaz apenas no mundo social e, portanto, somente no mundo social pode ter realidade plena (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

Nessa perspectiva, Hasenbalg (2005) coloca a raça como um traço histórico elaborado, sendo relevante na medida em que vai regular os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social, e é neste sentido que o trabalho ora apresentado se coloca, levando em consideração a historicidade da sociedade brasileira, e como foram construídas a ideia de hierarquização das pessoas que por sua vez estimula a desigualdade sociais, regionais, classistas e de gênero.

Também, como pontua Guimarães (1999, p. 153) é preciso teorizar "raças" como o que elas são, ou seja, “construtos sociais”, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios ou como pontua Curiel (2002, p. 97), para quem a categoria de raça social deve ser “entendida como la construcción simbólica, cultural, y sobre todo política, que se ha hecho de lo biológico, estratégia en que se donde se sustenta el racismo”.

Posto isso, faremos uma breve discussão sobre a categoria “raça” como fator importante para entender as desigualdades sociais na sociedade brasileira, vale ressaltar que o Brasil viveu por longos anos o regime escravista, tendo a maior população negra fora do continente africano,

não podendo negar que o período escravista deixou marcas profundas para a sociedade brasileira.

Diante do que foi exposto se faz necessário um breve contexto histórico para podermos entender o significado e o uso do termo raça como categoria analítica possível. Para se ter ideia, no século passado, como pontua Guimarães (1999) não há dúvidas que o termo “raças” eram subdivisões da espécie humana, que segundo ele eram grosseiramente identificadas com as populações nativas dos diferentes continentes, sendo particularizadas, por particularidades morfológicas, juntando particularidades físicas com características morais, psicológicas enfim, que definam o potencial das raças para a civilização, essas doutrinas serviam para justificar diferenças no tratamento e de estatuto social dentre os diversos grupos étnicos, que por sua vez conduzia quase sempre a um racismo perverso e desumano.

A partir do século XX, com o crescente prestígio de teorias mendeliana, o conceito de raça perdeu um pouco de importância científica, sendo parcialmente abandonada pela biologia, no entanto no século seguinte, as teorias foram sustentando diversas ideologias nacionais e nacionalistas que estavam na base da legitimação dos Estado-nações europeus, em tempos depois o conceito de raça e o racionalismo passaram a ser muito utilizados por estados nacionais que tinham aspirações imperialistas, que por sua vez geravam tragédias tais como o nazismo.

Posto isso, Guimarães (1999) pontua que, dado as consequências tão nocivas geradas pelo conceito, a reação de forças esclarecidas foi a de renega-lo, dizendo que não existiam subdivisões da espécie humana que poderiam ser identificadas pela genética, e que as diferenças existentes na verdade eram diferenças culturais.

Segundo Guimarães (2008) esse preconceito racial se originou de uma ideia antiga, as primeiras aproximações entre os europeus e os africanos, indicava a cor negra dos africanos como algo que havia sido chamada atenção, daí surgia a primeira fonte de sentimento negativo, ou de preconceito racial, pois no simbolismo das cores, oriunda do ocidente cristão europeu, o negro significava o pecado, a morte, sendo sempre relacionado a coisas ruins, enquanto que o branco caracterizava como a pureza, a bondade, sendo relacionada a coisas positivas.

Contudo, vale lembrar, que as diferenças físicas a partir das diferenças de cor entre as pessoas sempre foram alvos de explicações, que se baseavam em histórias religiosas, ou na localização geográfica onde os grupos eram oriundos, que eram utilizados para definir a superioridade ou inferioridade de determinados grupos, que nada mais servia para alimentar hierarquizações e desigualdade entre os seres humanos.

Guimarães (2008) relata ainda que essa relação de simbolismo das cores a qual os europeus estavam acostumados não era o mesmo em todas as partes do mundo, no qual foi

rapidamente percebido por eles, passando a experimentar o relativismo dos valores de diferentes povos. A exemplo disso, segundo relatos de viajantes ingleses no século XVII, existia na África uma realidade diferente da preferência europeia, em que o demônio era representado pelos africanos como branco.

Ainda em Guimarães (2008, p.6) “os povos árabes, através de seus filósofos, sabiam que a preferência da cor branca pelos europeus e a designação dos outros povos de “negros” se devia a seu etnocentrismo”. Nesse sentido, acabou que prevalecendo por parte dos europeus a repulsa pelos povos de cor, que por sua vez eram diferentes dos padrões estéticos e valores de sua civilização. Contudo, vai ser apenas com o desenvolvimento da ciência moderna nos séculos XVIII e XIX, que a causa das diferenças físicas entre os seres humanos ganha explicação “hermética”, criando um status inescapável para os negros, ou “homens de cor”, em que tratava-se de teorias racistas que acreditavam na existência de várias raças humanas.

Nesse sentido, Guimarães (2008) coloca que as teorias raciais ao surgirem no século XIX, já encontram prontas as classificações de cor, no entanto tentaram no Brasil e no mundo alterá-las, com a tentativa de deslocar as categorias de cor, criando novos nomes, tais como: “caucasiano, ao invés de branco; mongoloide, ao invés de amarelo; negroide, ao invés de negro, etc.”, contudo, no uso popular, permaneceu a antiga classificação de cor acrescida de novo significado racial.

O primeiro registro da palavra “raça” para designar a divisão dos seres humanos foi feita em um artigo publicado no ano de 1684 em Paris, no jornal chamado *Journal des Sçavants*, pelo então antropólogo e médico François Bernier. Segundo Guimarães (2008), Bernier em suas viagens identifica cinco raças existentes no mundo:

A classificação de Bernier, embora esteja marcada pela polaridade branco-negro, sempre presente em suas descrições, utiliza ainda o amarelo, como cor que diminui a beleza, e o vermelho, que a realça. No entanto, para Bernier, a cor da pele, assim como a altura, o formato do rosto e a cor dos cabelos apresentavam variedade muito grande de indivíduo para indivíduo em todas as raças, não servindo, portanto, para criar-se uma classificação segura. Por isso ele usava os traços fisionômicos (GUIMARÃES, 2008, p. 11).

Diante disso, segundo Guimarães (2008), em meados do século XIX a ciência biológica fará da ideia de raças humanas um objeto de estudo. No entanto vale ressaltar que não existem raças humanas, mais sim uma única raça humana, como já pontuado anteriormente, precisamos compreender:

(...) “raças” como o que elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são, contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos (GUIMARÃES, 1999, p. 153).

Para Guimarães (2008, p. 12), essas teorias raciais faziam e ainda fazem nada mais do que reproduzir os preconceitos vulgares ou até refina-los, “buscando uma justificação pseudocientífica para a dominação política, a exploração econômica e os sentimentos etnocentristas e classista dos poderosos”. Segundo o autor, seja como for, na Europa e nas sociedades americanas, permaneceu no imaginário da população a existência de múltiplas raças baseadas pelas cores, a cor branca associada aos europeus e seus descendentes, a cor negra aos africanos e seus descendentes, a cor amarela foi associada aos asiáticos e seus descendentes e outras cores menos frequentes como por exemplo a cor parda, eram associadas aos indianos e paquistaneses, e a cor vermelha sendo associada aos indígenas das Américas.

No Brasil colônia, por exemplo, a cor negra era associada aos escravos pelos portugueses, assim como também aquelas pessoas que tinham a cor de pele mais escura, e para diferenciar os índios (nativos) dos africanos, os portugueses os chamavam de “negros da terra” (MONTEIRO, S/N, *apud* GUIMARÃES, 2008).

Conforme pontua João Reis (2000, *Apud* GUIMARÃES 2008), na primeira metade do século XIX, na Bahia, o termo “preto” designava os africanos e o termo “criolo” designava os negros que nasceram no Brasil. Já na segunda metade do mesmo século, como pontua Guimarães (2008), no mesmo local, a tendência era que o termo “preto” passasse a abarcar também os africanos e os descendentes de africanos e o termo “negro” deixa de designar “cor”, passando gradativamente a ter um significado racialmente pejorativo. Sendo identificada uma outra alteração no significado de tais termos, num período de grande acirramento de ideais entre abolicionistas e escravistas, o termo negro ganha mais sentido pejorativo, enquanto que o termo “preto” vem adquirir um sentido mais neutro. Contudo, Guimarães pontua que:

[...] tanto “raça”, quanto “negro” foram palavras que fizeram um completo percurso histórico de reversão de sentido. Usado pelos europeus, primeiro, para designar pessoas e povos de cor mais escura, “negro” tornou-se, depois, designação de pessoas e povos de status social ou constituição biológica inferior, escravos ou povos submissos; para, num terceiro momento, servir de autodesignação desses mesmos povos em seus movimentos de libertação colonial e de recuperação de auto-estima (GUIMARÃES, 2008, pp. 18).

E interessante pensar que os termos raça, cor, negro passam por processos históricos de transformação e significação, mas mesmo assim ainda mantém a mesma base, a biologia, uma vez que o preconceito racial se deriva através de diferenças fenotípicas.

No contexto brasileiro, estas teorias raciais, conforme aponta Schwarcz (1994) chegam tardiamente enquanto que na Europa tinham grande sucesso em meados do século XIX, no Brasil passou a ter maior influência somente no final deste século já adentrando ao século XX. Como pontua a autora estas teorias tiveram “entusiástica acolhida” principalmente dos estabelecimentos de ensino e pesquisa da época, que agregava uma boa parte da reduzida elite pensante nacional

Este momento, como menciona Schwarcz (1994, p. 139) foi significativo, na medida em que anunciava a “entrada de novos modelos científico-deterministas e o amadurecimento de alguns centros de ensino e pesquisa nacionais, como os institutos históricos, os museus etnográficos, as faculdades de direito e de medicina”, estando sempre presente o tema racial, mas não de forma unívoca, pois suas interpretações eram variadas.

Os cientistas da época, da mesma forma que se encontravam desiludidos em relação as propostas de igualdade, se perguntavam também sobre as diferenças entre os homens. Diante disso, Schwarcz (1994) chama atenção ao fato de que nos museus etnográficos de Belém, São Paulo e Rio de Janeiro, “a ampla utilização de argumentos evolucionistas permitiu explicar cientificamente as diferenças, classificar as espécies, localizar os pontos de atraso”:

Adeptos, em sua maior parte, dos modelos poligenistas de análise que entendiam as raças como fenômenos essenciais e ontológicos, resultantes de centros de criação diversos concluíam, esses teóricos dos museus, não só que "a evolução encontrada na natureza era exatamente igual àquela esperada para os homens" (Boletim do Museu Paraense E. Goeldi), como supunham que "os grupos inferiores constituíam barreiras frente ao progresso da civilização". (SCHWARCZ, 1994, p. 140).

De tal forma, como pontua Schwarcz (1994) estes museus e seus teóricos no Brasil cumpriam um papel específico, que era justamente a de polarizar no exterior a imagem de que no Brasil era um grande laboratório racial, que por sua vez introduziram um olhar particular, que era o olhar naturalista que classificava a flora, a fauna e até mesmo o homem em suas produções.

Diante de tal conjectura, da entrada tardia dos modelos deterministas, os institutos históricos passaram a se utilizar de explicações variadas, como pontua Schwarcz (1994), o resultado dessas explicações variadas para as diferenças dos seres humanos culminou em um

modelo que acomodava explicações monogenistas, que não se continha em utilizar argumentos darwinistas sociais quando era para justificar as hierarquias na sociedade.

O que se percebia era que talvez todo esse debate sobre as explicações dessas diferenças, tenham se concentrado nas escolas de direito e de medicina da época, que por sua vez procuravam achar saídas para estas discussões.

Nesta ótica, conforme Schwarcz (1994) os médicos da faculdade do Rio de Janeiro estavam preocupados na descoberta de doenças tropicais, onde o foco era a doença, causada pela população marginalizada, na primazia de sua atividade frente a vontade dos indivíduos. Enquanto que para os médicos baianos, o foco era o doente, ou seja, o povo. Ela pontua que eles acreditavam que o maior mal era o cruzamento racial, e isso explicaria a nossa inferioridade ou fraqueza como povo, sendo esta uma questão fundamental.

Já a escola de direito da época, se preocupava na elaboração de um código unificado, que pudesse tonar homogêneas as grandes diferenças observáveis nos seres humanos:

O Estado é necessário... É uma formação necessária... e que resulta de uma evolução social, que vinculada aos homens de lei imprime uma única direção a sociedade... Por fim é a força o elemento gerador do Estado, ela se manifesta acima da luta das raças ou de grupos entre nós tão heterogêneos (Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife, 1922:103) (SCHWARCZ, 1994, p. 141)

Era catastrófica a forma como pensavam as diferenças humanas e como achavam que iriam resolvê-las, na medicina uma forma higienista de pensar, e no direito, acreditavam, apesar de suas diferenças teóricas, numa ideia teórica racista. O argumento racial utilizado por Recife, que era determinista, contrastava com a interpretação que era utilizada em São Paulo que era liberal. O que queriam afirmar é que caberia de modo exclusivo aos legisladores, através do exercício da lei, a unificação do território que se queria nação. Porém, conforme pontua Schwarcz (1994, p. 141), se existiam concepções partilhadas entre as escolas, “a amarra institucional não chegou a encobrir diferenças teóricas fundamentais: o argumento racial construído por Recife contrastou com a interpretação liberal da academia paulista”. As diferenças teóricas entre essas duas escolas são perceptíveis, uma vez que, a escola de Recife é dominada mais por um modelo determinista e a escola de São Paulo por um modelo liberalista, como vemos nos fragmentos da Revista da Faculdade de Direito de São Paulo coletados por Schwarcz:

De fato, partiam de Recife as leituras germânicas sobre as determinações das raças e a defesa — que consagrou a figura de Silvio Romero — de uma mestiçagem *moral e física*, enquanto recurso de unidade nacional. Já a escola paulista analisava com cautela a introdução dos modelos darwinistas sociais, com " *a crítica de quem reconhece a verdade de alguns conceitos repele os exageros desses júrís consultos...*" (*Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, 1906:67)." (SCHWARCZ, 1994, p. 142) (grifos da autora).

Se percebe aí a efervescência do racismo para discutir as diferenças entre os seres humanos, que teve seu fortalecimento num período anterior a escravatura e início da república brasileira.

Como se sabe, a sociedade brasileira foi erguida mediante o modo de produção escravista, que por sua vez foi iniciado no século XVI pela colonização portuguesa, onde as relações eram marcadas por grandes violências e explorações de povos africanos e indígenas. Cabe ainda informar que séculos seguintes, mais precisamente no século XIX a escravidão no Brasil passou a ser contestada pela Inglaterra, que estava ainda mais interessada em ampliar seu mercado consumidor aqui no Brasil. O Brasil no ano de 1850 acabou cedendo às pressões da Inglaterra, passando assim a aprovar a lei Eusébio de Queiróz que proibia o tráfico negreiro. Os períodos sucessores a este foram marcados com algumas modificações na legislação, neste viés, no ano de 1871, era aprovada a Lei do Ventre Livre, lei esta que dava liberdade aos filhos dos escravos, em anos seguinte, era aprovada a Lei dos Sexagenários que davam liberdade a escravos que tinham mais de 60 anos de idade. No entanto, vai ser somente no século de XIX que a escravidão é abolida, através da promulgação da Lei Áurea, feita pela Princesa Isabel.

Contudo, mesmo diante da abolição da escravidão, não era dado oportunidades iguais aos negros, evidenciando apenas um interesse capitalista da época. Nesse sentido, Segundo Hasenbalg (2005), após a abolição da escravidão, os negros acabaram por ocupar um certo conjunto de posições nas relações de produção capitalistas e de distribuição, diferentemente, das posições ocupadas por pessoas brancas, uma dessas causas históricas vai se dar a partir da localização periférica que os negros se encontravam em relação aos centros mais dinâmicos do sistema capitalista.

Apesar da abolição da escravatura os negros ficaram na retaguarda do capitalismo industrial, e que neste mesmo período, no Brasil e Estados Unidos, havia ondas intensas de imigrantes europeus, que ocupavam posições de trabalho no sistema capitalista, enquanto que os negros, longe de penetrarem o cerne da classe trabalhadora industrial, restavam posições no mercado instável e irregular do trabalho não qualificado.

Hasenbalg (2005) coloca ainda que o racismo, assim como o preconceito, são mecanismos manipuladores que são utilizados pelas classes dominantes a fim de explorar as classes dominadas, dividindo-as em minorias raciais do proletariado, sendo elas inerentes ao capitalismo, já que colabora com a sua preservação, tendo como resultado ganhos líquidos aos capitalistas e perdas para todos os trabalhadores, para isso o autor coloca que o desenvolvimento de cada sociedade multirracial exigiu combinações de força e persuasão moral, onde o Estado legaliza tal ideologia.

Ademais Hasenbalg (2005), coloca que muito embora o escravismo tenha dado origem ao racismo, a qualidade e intensidade deste vai variar conforme a particularidade de cada sociedade, sendo o racismo uma construção ideológica, servindo aos interesses daqueles que se beneficiam. O autor coloca que tanto homem branco capitalista se beneficiam diretamente de tal problemática, quanto homens brancos não capitalistas, que se beneficiam de forma indireta ganhando pequenas vantagens competitivas para preenchimento de posições na estrutura de classe, que por sua vez vai comportar recompensas materiais e simbólicas, mas não menos concretas, como por exemplo, a honra social, o tratamento decente, dignidade e o direito a autodeterminação.

Neste período pós libertação, os escravos recém-libertos não encontravam oportunidades para vender a sua força de trabalho, e o fluxo europeu até a década de 1920 acabou fechando o espaço para as pessoas negras.

Diante disso, vale lembrar que foi o elemento biológico que norteou as discussões de raça, no qual confirma as teorias racistas que dizem existir várias raças humanas, mas mesmo diante de refutações dessas teorias pelos diferentes teóricos da biologia, psicologia etc., ainda permanece no ideário brasileiro algumas dessas concepções.

Conforme aponta Guimarães (1995) a particularidade do racismo brasileiro vai residir na importação de teorias racistas trazidas pelos europeus, que excluía duas de suas concepções, que "o caráter inato das diferenças raciais e a degenerescência proveniente da mistura racial — de modo a formular uma solução própria para o 'problema negro'" (SKIDMORE, 1993, p. 77 *apud* GUIMARÃES, 1995), como também que o núcleo desse racionalismo estava na ideia de que com a mistura, o sangue se diluía e acabava por exterminar o negro, abrindo possibilidades para que mestiços se elevassem a um estágio civilizatório.

A ideia do "embranquecimento" era uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural instalados na sociedade brasileira pelo racismo científico e determinismo geográfico do século XIX, no qual esse mesmo termo "foi elaborada por um

orgulho nacional ferido, assaltado por dúvidas e desconfianças a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório.” (GUIMARÃES, 1995, p. 39).

Para Guimarães (1995) o termo embranquecimento passou a significar a capacidade da população brasileira, tal capacidade se constituía na concordância de pessoas negras em renegar a sua ancestralidade africana ou indígena. Tanto o termo “embranquecimento” como democracia racial eram discursos racialistas, no qual:

O núcleo racista desses conceitos reside na ideia, às vezes totalmente implícita, de que foram três as "raças" fundadoras da nacionalidade, as quais aportaram diferentes contribuições, segundo os seus potenciais culturais qualitativamente diferentes. A cor das pessoas assim como seus costumes são, portanto, índices do valor positivo ou negativo dessas "raças" (GUIMARÃES, 1995, p. 39).

Isso tudo se caracterizava numa tentativa de transformar o Brasil num país branco, nesse sentido surgia diferentes pesquisadores que se empenhavam em comprovar suas teorias, como é o caso do João Batista Lacerda⁷, que acreditava que gradativamente a população ia embranquecer-se com a miscigenação.

Existiam várias ideias absurdas, na crença de que a mistura das raças indígena, branca ou negra traria um país mais harmonioso, e sem conflitos raciais, essa ideia repercutiu até os dias atuais, onde grande parte da população acredita no imaginário de que há democracia racial na sociedade brasileira, quando na verdade não há, isso acaba por prejudicar o enfrentamento da desigualdade racial na sociedade brasileira. Compactando com o que Guimarães (1999) pontua “o grande problema para o combate ao racismo no Brasil consiste na eminência de sua invisibilidade, posto que é reiteradamente negado e confundido com formas de discriminação de classe”. No entanto, essa ideia de “democracia racial” não foi pra frente uma vez que foi transformada em mito, pois estudos desenvolvidos na década de 1950, com apoio da UNESCO⁸, comprovaram que a sociedade Brasileira estava permeada por preconceitos raciais. A ideologia da democracia racial prevaleceu inquestionável até a década de 1950, com o fim da Segunda

⁷João Batista de Lacerda foi um médico e cientista brasileiro.

⁸ “UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) patrocinou um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. A origem deste projeto estava associada à agenda anti-racista formulada pela Unesco no final dos anos 1940 sob o impacto do racismo e da Segunda Guerra Mundial.”

Guerra Mundial, onde o racismo era uma de suas principais causas, pesquisadores da Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura (UNESCO), nesta mesma época, impressionados com o “paraíso racial brasileiro” realizaram estudos afim de comprovar a sua tese. Contudo, sua teoria “cai por terra”, evidenciando a inexistência de democracia racial no Brasil, mas que havia um forte preconceito racial, e que este se entrelaçava com a estrutura da sociedade.

Nesse sentido, compactuando com Hasenbalg (2005), entende-se raça como um atributo que foi socialmente elaborado estando relacionado aos aspectos de subordinado da reprodução e de distribuição dos agentes, o racismo sendo caracterizado como um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, se tornando parte da estrutura objetiva das relações políticas e ideológicas capitalistas, que por sua vez, compromete na própria formulação de políticas públicas para esta população.

Diante disso, no que se relaciona as políticas públicas, precisamos compreendermos que a sociedade brasileira teve sua formação pautada em um regime escravocrata, tendo como base o sequestro da população negra de seu continente originário, com objetivo puramente econômico, mesmo após anos de escravidão, e de lutas abolicionistas a população negra ainda hoje luta por reconhecimento. Foi abolido a escravidão no ano de 1888, contudo a população negra foi deixada a própria sorte, não foi dado oportunidades para que pudessem se tornar verdadeiramente livres, o que se percebeu, na verdade, foi um processo de embranquecimento, e como estratégia, se utilizaram da mão de obra imigrante europeia. Este processo culminou em transformar a população negra em desempregada causando um aprofundamento da miséria.

Nos anos de 1930, uma nova ideologia tomava forma, a crença de que no Brasil havia democracia racial, está ideologia era incentivada e propagada pelo próprio Estado. Consolidada por Gilberto Freyre, que afirmava que não existia problemas raciais no Brasil, e que as raças conviviam de forma harmoniosa, a negação do racismo acabou por prejudicar a própria mobilização dos movimentos negros na luta contra a desigualdade racial, que por sua vez, culmina na não efetivação de Políticas Públicas voltadas para esta população, pois se não existia problemas raciais, não havia a necessidade de investir em políticas públicas.

Esta negação do Estado em relação ao problema do racismo, como também da sua falta de preocupação com a população negra, causou grandes problemas, dentre eles, na forma de identificação social, no qual a cor branca e traços finos é valorada em detrimento da cor negra e de traços negros, como também na própria criação de políticas públicas específicas a este seguimento.

Neste mesmo período começou a ser implementadas políticas sociais no Brasil, a princípio com caráter universal, visando apenas a classe trabalhadora no geral, e não grupos específicos, porém com o veto de Getúlio Vargas à emigração e a lei de incentivo a mão de obra nacional, os negros, começaram a ter acesso ao mercado de trabalho, num primeiro momento numa condição de subordinação em relação ao branco, ocupando cargos que estavam ligados à força física, recebendo os piores salários, sendo incluídos parcialmente nas políticas públicas da época.

Nos anos de 1980, com a repercussão dos estudos feitos pelo sociólogo e pesquisador Carlos Hasenbalg, a consolidação do movimento negro e o novo cenário político do país, abriu espaço para os movimentos sociais, e no ano de 1988, ano em que era comemorada os 100 anos da abolição da escravatura, a Igreja Católica através da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) deu ênfase a questão racial lançando a campanha da Fraternidade cujo lema era: “Ouvi o clamor desse povo”, com o objetivo de denunciar o racismo.

Este e outro fato, como a marcha de enfrentamento ao preconceito racial organizada pelo Movimento Negro Unificado, mesmo em meio a intervenção militar foi veiculada pela mídia, fizeram com que o Estado dessas respostas para estas mobilizações, dando início as políticas públicas voltadas para a população negra. No mesmo ano, o então presidente José Sarney sancionou a Constituição Federal, no qual o racismo foi caracterizado como crime inafiançável, que efetivava a garantia de direitos sociais a todos os brasileiros. Foi criado também a Fundação Cultural Palmares que tinha como objetivo promover a cultura afro-brasileira. Estas foram as primeiras conquistas com relação as políticas sociais, servindo como pontapé inicial para as ações afirmativas de igualdade racial (REVISTA PALMARES, 2008).

Com a marcha zumbi realizada no ano de 1995, ano que se completava 300 anos da morte de zumbi, contou com a presença de 30 mil pessoas, houve o despertar para a necessidade de políticas públicas destinadas a população negra.

A partir deste momento foi decretada a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI), com participação de representantes do governo e do próprio movimento negro, onde ficaram responsáveis pela formulação de políticas públicas. Contudo, nos anos seguintes, percebeu-se pouco avanço no que se trata de políticas públicas para a população negra, e só no ano de 2000, foi que foi formada o Comitê Nacional de Preparação para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatadas, evento este que ocorreu em Durban, África do Sul. O objetivo deste evento foi de responsabilizar os Estados que tiveram como base o escravismo,

para que estes pudessem formular ações afirmativas de reparação de danos causados a população negra, garantindo oportunidades a estes.

Nos anos de 2001 a 2002 foi criado pelo Governo o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) como também o Programa Nacional de Ações Afirmativas, estas ações se configuravam como formas de efetivação de direitos aos afrodescendentes, não só a este grupo, mais também para as mulheres e para pessoas com deficiência. Já no ano de 2003 o então presidente Luís Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), esta secretaria tinha como finalidade a formulação, coordenação e articulação das políticas públicas em áreas diversas, para que pudessem promover a igualdade racial. Tal secretaria também incluiu o Plano Plurianual no período de 2004 à 2007, tendo como temática “Inclusão Social e Redução das Desigualdades Raciais” que atuava de forma articulada com outras políticas com objetivo de combater as desigualdades sociais, essa articulação com a política de assistência social, é frequentemente debatida no campo do Serviço Social, sendo a questão racial parte da questão social, objeto de intervenção desta profissão.

Nesse sentido não podemos deixar de notar que a questão racial sempre foi invisibilizada. Para tanto, o Serviço Social como profissão, que luta pelos direitos da população e diversos grupos específicos, no enfrentamento da Questão Social e de suas múltiplas expressões, pautado no seu código de ética, deve buscar realizar uma análise aprofundada sobre a questão racial, para além de uma análise superficial, na constituição de metodologias que possam orientar o assistente social no seu cotidiano profissional, haja vista que a pouca discussão acerca da temática na formação profissional vai repercutir diretamente no próprio atendimento à população negra, no que se refere o próprio conhecimento das políticas públicas como também na forma como vai se dá o tratamento deste profissional a este público usuário.

Quanto à categoria classe social, farei aqui um breve contexto, enquanto uma categoria importante para o entendimento das relações sociais no modo de produção capitalista, permitindo compreender as bases estruturais da desigualdade social, realizando uma comparação entre os autores.

Para e Montaño e Duriguetto (2011) em toda a história das sociedades se identifica um tipo de estratificação social, onde existe a divisão das pessoas em grupos, seja ela em relação a riqueza, poder político ou até religioso, onde todas as sociedades vão apresentar esse tipo de divisão, no qual a estratificação pode assumir formas diferentes em sociedades diferentes, desse modo temos as castas, estamentos e classes sociais.

As castas vão representar grupos hierárquicos fechados, geralmente hereditários, que por sua vez são sustentados por religião, cultura, raça etnia etc. Já os estamentos são típicos em

sociedades feudais, tendo origem em grupos com leis, deveres diferentes e direitos que se baseiam em função da honra. Diferentemente dos dois anteriores, as classes sociais, não são definidas por questões hereditárias, por leis ou privilegio, mas sim em uma dimensão econômica, existindo mesmo antes de Marx, desde economistas políticos clássicos a socialistas utópicos.

Segundo Montañó e Duriguetto (2011) Weber pensa em estratificação social em três dimensões, o da riqueza o do prestígio e o do poder, dividindo a população entre proprietários e não proprietários, a classe estaria ligada aqui a riqueza, remetendo a situação dos indivíduos no mercado, no qual as classes sociais vão constituir o conjunto de indivíduo que vão partilhar de determinada posição no mercado, essa noção de classe em weber vai coincidir com a noção corriqueira, no qual é determinada em função do acesso ao mercado, diferenciando as classes segundo a capacidade de consumo, do poder aquisitivo que tem.

Classe social, em Karl Marx, como pontuam Montañó e Duriguetto (2011), vai ser fundada na divisão social num modo de produção determinado. Segundo os autores, para Marx, as classes fundamentais constituem-se a partir da polarização entre os produtores diretos da riqueza e os proprietários dos meios de produção, e essa polaridade entre os produtores e os proprietários é que vai caracterizar um determinado tipo de sociedade, um modo de produção, de forma que a classe social vai se caracterizar como uma categoria propriamente dialética e em movimento, que vai apresentar uma dimensão estrutural que determina a sua gênese suas contradições e formas de enfrentamento. Essas características marcam o seu movimento, sendo a primeira determinação a relação capital-trabalho assumindo determinações diferentes em vários contextos históricos, inseparável da consciência de classe e das lutas de classes.

Tratando-se sobre a questão de consciência de classe, vale pontuar o que seria classe em si e classe pra si, a primeira não necessariamente tem consciência do seu pertencimento de classe, enquanto a segunda tem consciência e reúne condições objetivas de entender a importância dos interesses de classe, podendo até fazer parte de movimentos coletivos de reivindicação e de unidade.

Historicamente no Brasil o termo “classes sociais” surge com a nascente acadêmica brasileira, onde a Revista Sociologia, no ano de 1940, serve como o primeiro debate teórico sobre classes sociais, no qual estavam em jogo duas tradições disciplinares, a antropologia e a sociologia, ou seja, o estudo de comunidades, que tratava o conceito de forma descritiva versus os estudos históricos estruturais, que por sua vez reivindicava um tratamento explicativo para os fenômenos sociais (GUIMARÃES, 2002, p. 13).

Para Guimarães (2002) com o fortalecimento da corrente sociológica, e das economias industriais, ao longo do século XX, as relações sociais que estavam determinadas pelo processo de industrialização, passaram a explicar diversos fenômenos no Brasil e no mundo, onde o fortalecimento do socialismo gerou expectativa de que a classe operária poderia adquirir consciência de sua condição, assumindo assim o seu papel histórico de transformação.

Diante disso, ao buscar identificar os agentes do processo de industrialização, o Brasil se deparou com o papel do Estado, que ocupava o papel dos sujeitos da transformação capitalista, substituindo os demais atores sociais.

Nesse sentido, Guimarães (2002) coloca que muitos estudos buscaram uma vertente culturalista para explicar e analisar o Brasil, no qual as classes acabaram ficando em segundo plano, já que estavam procurando um “ethos nacional”, e o Estado ficando em primeiro plano, a partir de seu viés patrimonialista, nacionalista, populista e autoritário. Mesmo diante disso, mais adiante na história, se percebeu que não havia uma revolução burguesa no Brasil, daí buscou-se analisar outros sujeitos políticos.

Antes do golpe de 1964, os estudos sobre a classe trabalhadora foram marcados principalmente por um viés estruturante, onde se buscava o potencial daqueles trabalhadores. Contudo, durante o regime militar, esses estudos foram dificultados, sendo retomados posteriormente num processo de resistência à ditadura, analisando criticamente a situação da classe trabalhadora e sua relação com o Estado e o movimento sindical.

O que se buscava na época era entender as limitações teóricas deste grupo, surgindo neste momento a constatação de que a mudança social viria da luta de classes, mas em uma sociedade caracterizada por profunda complexidade social, os fracionamentos das classes fundamentais (capitalista e trabalhadores) e o crescimento das camadas médias deveriam ser considerados. Foi neste momento que passaram a ser estudados e valorizados as concepções de classe social desenvolvidas por Gramsci, Poulantzas e Althusser.

Contudo, dado o contexto de como o termo classe social surge na sociologia brasileira, Guimarães (2002), pontua que Weber, diferentemente de Marx, consegue separar analiticamente as dimensões econômicas, política e social da distribuição de poder nas sociedades, dando um sentido mais preciso ao termo “classe social”, distinguindo-o dos fenômenos que são ligados a honra e ao prestígio. O autor ainda coloca, que tal separação permite problematizar a continuidade dos fenômenos de distribuição da honra e do prestígio social desvinculados da distribuição econômica de riquezas nas sociedades modernas.

Para Guimarães (2016) as classes sociais podem existir historicamente de modos diferentes, podendo coexistir com outros grupos sociais, como raças e etnias, colocando que as

que as classes sociais vão demarcar apenas posições sociais no mercado ou na estrutura econômica, enquanto outros princípios de demarcação grupal operam concomitantemente.

Guimarães (2002) defende que a contribuição weberiana tem virtudes diante da visão Marxista, ao chamar a atenção para um fator que muitas vezes passa despercebido: o fato de que as classes sociais, como um conceito teórico que se aplica apenas a sociedade de indivíduos de mercados, contém em si uma normatividade implícita, ou seja, que os indivíduos ou grupos ajam de acordo com um certa racionalidade, sendo ela universal e única, onde todas as outras possibilidades de agrupamentos devam ser subordinadas. Ele não rejeita em sua totalidade as contribuições que Marx deu para a sociologia na compreensão do termo “classe social”, considerando sua contribuição para referi-lo a posições objetivas na estrutura social, que por sua vez corresponderiam a interesses e orientações de ação semelhantes. Mesmo assim, Guimarães (2002) se aproxima da posição metodológica de Weber, encontrando apoio neste sociólogo, onde coloca que as classes sociais devam ser entendidas como um ideal de justiça social e de comportamento.

Contudo, não acredito que a classe social seja entendida como um ideal de justiça ou de comportamento, nesse sentido me aproximo da ideia proposta por Saffioti (1978) que compreende a classe social como um fenômeno que diz respeito às relações de produção de bens e serviços em um determinado contexto histórico-social, onde variáveis principais vão interferir na sua constituição e dinâmica assumindo formas bastante específicas.

Saffioti (1978) entende que as classes sociais vão constituir agregados humanos, que vão ocupar posições estruturais antagônicas no sistema de produção de bens e serviços, ou seja, um deles cria mais-valia e o outro se apropria, de forma que, a classe social expressa uma forma de estratificação social. Ela considera que as camadas que se formaram nas sociedades pré-capitalistas vão ocupar cada uma, posições análogas na esfera social, assumindo a forma de estamento ou de casta, cuja qualificação pessoal dos membros de tal grupo vai figurar numa posição na estrutura de poder político e da sua situação de classe, sendo condicionada pelas duas formas, de maneira que, tanto a forma de estamento quanto de casta encobre o fundamento econômico da divisão da sociedade em classes, na de casta por uma estrutura religiosa que por sua vez o legitima, e na sociedade estamental por uma superestrutura jurídica.

Assim, Saffioti (1978) pontua que o fundamento econômico não é percebido em nenhuma delas, já que o processo econômico não se autonomizou, uma vez que não dá para aprender a sociedade como totalidade, e que a apropriação de bens econômicos não vai resultar de um processo de competição, mas sim se deriva de um processo violento de expropriação do mais fracos, de um grupo estamentalmente privilegiado no domínio de um grupo

estamentalmente inferior. Em última instância, coloca que o status social dos indivíduos vai resultar de uma atribuição social que vai tomar por base os seus atributos naturais.

Para Saffioti (1978) na transformação do status jurídico de homens que não eram livres vai permitir a ampliação do processo competitivo como também a percepção do fundamento econômico da divisão da sociedade em classes, o status econômico se tornou o mais importante componente do status individual. Ela coloca que enquanto nas sociedades pré-capitalistas a situação da classe dos indivíduos ficava inclusa em seus status, na sociedade capitalista a situação de classe se separa de seus status, onde o processo econômico se torna autônomo.

A diferença é, que nas sociedades pré capitalistas, aqueles sistemas de valores vai envolver a produção que, por sua vez, impede a percepção do fundamento econômico da divisão da sociedade em castas e estamentos, enquanto que para as sociedade capitalistas é perceptível, de um lado, uma estrutura de classes, onde os indivíduos se distribuem segundo os bens que possuem ou não, e de outro, um esquema de estratificação multidimensional, onde tais indivíduos são hierarquizados segundo uma escala de valores

Dessa forma, Saffioti (1978) coloca que o esquema dicotômico das classes é heurístico, na medida em que vai permitir a compreensão do fenômeno das classes sociais, enquanto que totalidades parciais que se complementam num processo que possibilita o funcionamento do sistema econômico como também se opõem cuja relação se caracteriza como dominação e subordinação. Em suma, ela compreende que de uma parte há uma estrutura dinâmica de classes, e de outra um conceito analítico, no qual classe é um termo dinâmico, enquanto estratificação é descritivo.

Saffioti (1978) compreende que na medida em que as estratificações vão exprimir e negar as relações de produção onde estas não abrangem todos, elas vão expressar simultaneamente as relações de produção do sistema dominante e secundários como também as relações daqueles marginalizados dos dois sistemas, e é nesse sentido que o status econômico pode refletir uma situação de classe transfigurada como também a marginalização do indivíduo na estrutura de classe, sendo este o ponto decisivo, onde coloca que neste momento, dá para entender “o sexo enquanto fator de estratificação social que ao mesmo tempo exprime e nega as relações de produção”, sendo o sexo apenas uma determinação simples, que ganha sentido quando é vista em suas relações com as determinações essenciais do sistema econômico, no qual justifica-se aí a marginalização das mulheres na estrutura de classes como também a sua subalternização, uma vez que o sistema não vai abarcar a todos, sendo a estratificação, “fósseis” das relações de classe à qual se baseia originalmente.

Contudo, Saffioti (1978) aponta que o que a sociedade capitalista fez foi explicar um fenômeno que estava presente em todas as sociedades humanas, que é justamente a dominação masculina sobre a mulher, onde este sistema também permitiu até certo ponto a sua independência econômica, reduzindo assim, os efeitos dessa dominação. No entanto, nas sociedades pré-capitalistas não era dada a mulher a possibilidade de se reconhecer enquanto parte dominada.

Para ela nas sociedades capitalistas esse limite de consciência se amplia, onde a práxis coletiva das categorias oprimidas poderia levar a destruição de tais estruturas, no entanto pontua que tal consciência real poderia está aquém da consciência possível-limite, ela coloca que os níveis superiores ou inferiores da consciência adequada vão exprimir uma menor ou maior distância que medeia a consciência real e possível – limite, nesse sentido os movimentos feministas burguês, aqui entendido como movimento feminista hegemônico vai representar uma consciência menos adequada do que outros movimentos feministas de ação revolucionária do proletariado.

Neste sentido, as categorias de sexo não vão constitui classes sociais, contudo, elas se integram nas classes sociais, onde os movimentos feministas vão expressar níveis diferentes de consciência.

Diante disso, pontuo como classe social, assim como compreende Saffioti (1978), como a constituição de agregados humanos que vão ocupar posições antagônicas no sistema de produção capitalista, onde tais posições antagônicas vão se caracterizar como os que produzem os bens e serviços e os que deles se apropriam através da mais-valia, onde a sociedade apresenta tanto uma estrutura econômica que dá lugar a classe social, como também uma superestrutura ideológica que dá lugar a estratificação social. Essa superestrutura ideológica compreende as formas como são colocados os indivíduos, onde a classe dominante cria valores universais para preservar a conservação da sociedade e, ao mesmo tempo, o crescimento da consciência e das ações do proletariado pode destruir essas estruturas.

2.2 Gênero, raça e classe social: uma abordagem interseccional das violências praticadas contra as mulheres negras no Brasil

O capitalismo é um sistema que se mantém a partir da propagação de sua ideologia que se espalha por toda a sociedade, no sentido de garantir a subalternidade daqueles que a ele estão submetidos. Comprometido somente em garantir a dominação social das classes mais elevadas socioeconomicamente, passa a formar uma consciência própria que, por meio de um aparato

institucional e ideológico estruturados a partir dos interesses da classe dominante, acaba por garantir mecanismos de controle das consciências garantindo a sua hegemonia.

Como afirma Chauí (2001), a ideologia apresenta-se como um conjunto lógico sistemático e coerente de representações de valores e ideias, tendo explicações racionais e universais que acabam por esconder a realidade e suas diferenças. Para a autora a ideologia compreende também em indicar como as pessoas devem pensar e o que devem pensar, dizendo a elas o que devem valorizar, sentir, fazer, ou seja, normas de conduta e regras que naturalizam suas ideias e mantêm o controle das classes dominantes. No entanto, essa ideologia não se mantém ou reproduz como única visão de mundo na sociedade, pois ela acaba por gerar e expressar em seu seio contradições e tensões, abrindo espaços para o surgimento e expansão de uma contra ideologia que permite às classes que não estão no poder ter maior ou menor expressão através dos espaços de resistência organizados em grupos e movimentos sociais que têm por base um pensamento crítico em relação ao sistema dominante, contribuindo para as lutas pela ampliação e garantia de direitos.

No entanto, entende-se que, na maioria das vezes, prevaleceu uma forma de consciência frágil, confusa e contraditória das classes dominadas, como afirma Silva (1992), suscetível para que se possa ter um desenvolvimento da identidade de classe, além de que essa fragilidade pode ser manipulada para manter o sistema de dominação, atendendo aos interesses da classe dominante. Dessa forma, os indivíduos dominantes acabam por produzir e reproduzir novos modos de resistir às tentativas de superação das relações de dominação. No que se refere às mulheres, por exemplo, quando elas tentam construir formas de emancipação econômica (pelo trabalho e obtenção de renda), os homens usam artifícios violentos ou sutis para manter a sua dominação sobre as mesmas reproduzindo as desigualdades de gênero. De modo geral, na medida em que os grupos subordinados tentam resistir a um sistema de dominação, se configurando como um contra poder, o sistema dominante, como informa Silva (1992), cria novas formas de usar a sua força, chegando a formas de violência explícita.

No que se refere à condição histórica da dominação sobre a mulher, o poder que o homem utiliza, muitas vezes legitimado pelas próprias mulheres, é o que chamamos de patriarcado. Nesse contexto relacional, segundo Saffioti (2004), as mulheres participam muitas vezes inconscientemente, reproduzindo certos conceitos machistas, ou por vezes num processo tenso no qual a mulher, de certa forma, tende a se submeter às ordens do homem. Como afirma Almeida e Saffioti (1995, *apud* SAFFIOTI, 2004), essa relação é caracterizada por dois polos: o da potência e o da impotência, sendo que as mulheres estão familiarizadas com a impotência

e os homens com o poder. No entanto, quando os homens estão sob o efeito da impotência eles lançam mão da violência como forma de perpetuação do poder.

O patriarcado aparece como uma forma histórica de dominação que contribui para que haja desigualdades, sendo anterior ao próprio capitalismo, como afirma Haitman (1994, *apud* ALMEIDA, 2017). Enquanto garantidor de certa opressão dos homens para com as mulheres, como coloca Saffioti (2004), o patriarcado constitui-se num pacto masculino. Dessa forma, as relações hierárquicas entre homens, assim como a solidariedade existente entre os mesmos, capacitam os homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres, estando o patriarcado presente em todos os espaços da sociedade, perpassando as instituições sociais, desde a família até o Estado, onde se percebe sua presença articulada à base material que afirma a dominação masculina (HAITMAN, 1994 *apud* ALMEIDA, 2017).

Sendo o patriarcado uma espécie de sistema de dominação que transfere o poder ao homem sobre as mulheres e os demais segmentos na sociedade, tem-se como pressuposto uma falsa superioridade masculina. Quando se é homem, branco e da classe economicamente dominante, esta superioridade ainda é maior. Fica evidente que essa relação não se configura como harmoniosa nem muito menos igualitária, tendo por base o que vivenciamos hoje dos resquícios de sua história. Uma vez que, se tem uma construção social de que a mulher é um ser humano inferior, conforme a ideologia que vem sendo historicamente legitimada, os homens acabam desfrutando de certos privilégios, onde a mulher vive uma situação de objeto, sendo colocada à disposição da vontade deles, sendo atribuídos papéis de acordo com seu gênero. E isso se aprofunda ainda mais na sociedade capitalista na qual vivemos, onde o patriarcado se mescla ao capitalismo como se fossem “amigos de longa data”.

No capitalismo, além da condição de classe com suas determinações estruturais, os papéis sociais são também determinados pela condição biológica das pessoas, fazendo repercutir na vida pública e privada o poder do masculino em detrimento dos direitos das mulheres. A partir da observação das diferenças sexuais é que se cria a ideia do que seja homem e mulher e nisso, há toda uma exigência de como a mulher deve se comportar na sociedade. Ela passa a ser cobrada a agir e a pensar de acordo com normas pré-estabelecidas. O ‘respeito’ aparece como um dever da mulher, estando interposta a isso a castidade, a obediência, a submissão, em suma, a internalização de que em uma relação, quer seja amorosa, familiar ou de trabalho, a mulher deve assumir comportamento subalternizado ao homem ou mesmo de que é um ‘direito’ do homem tratar a mulher de forma inferiorizada (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004). Vale salientar que esse sistema se manifesta com diferentes formas de dominação, sendo

estruturante o gênero na sociedade assim como também a classe social e a raça, segundo Saffioti (2004).

Consta relatar que, neste trabalho pretendi trazer ao debate as relações entre as categorias como raça, gênero e classe, nesse sentido, tomo como ponto de partida as conceituações que integram numa unidade indissociável tais categorias, numa ideia de um ponto de vista próprio, no qual é levada em consideração a experiência das mulheres negras e o lugar em que ocupam.

Diante disso, segundo Hirata (2014) a ideia de um ponto de vista próprio, tomando como base a noção de “conhecimento situado”, pode ser dissimétrica, ou seja, diferente, e nesse sentido, para ela, o primeiro ponto para aprofundamento e análise desse conhecimento situado, advém da epistemologia feminista, no entendimento dos conceitos de interseccionalidade ou de consubstancialidade, no qual ambas, como pontua a autora, partilham do pressuposto central da epistemologia feminista.

Vale ressaltar que, como coloca Ketzer (2017), não existe apenas uma epistemologia feminista, na verdade a muitas ideias e argumentos, onde possuem em comum, somente o empenho em problematizar as questões de gênero que são inerentes a ciência, como também a própria forma de produzir ciência, onde é questionado a centralidade e universalidade do homem, podemos acrescentar aqui, brancos, onde essas características frequentemente incorporam a produção do conhecimento.

E importante destacar que a problemática da interseccionalidade, segundo Hirata (2014) foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos, isso a partir da herança do “Black Feminism”, por Kimberlé Crenshaw, além de outras pesquisadoras.

Segundo Bilge (2009, *apud* HIRATA, 2014) a interseccionalidade é entendida como uma forma analítica que remete a uma teoria transdisciplinar, que visa compreender a complexidade das identidades como também das desigualdades sociais através de um enfoque integrado, refutando o enclausuramento das categorias por si mesmas, indo além do simples reconhecimento das desigualdades que vão operar a partir dessas categorias, postulando sua interação na reprodução das desigualdades como na sua produção.

Para Crenshaw (2002) a interseccionalidade é entendida como uma conceituação do problema, onde ela coloca que essa conceituação busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre vários eixos de subordinação, pontuando que o racismo, o patriarcado e a opressão de classe além de outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que vão estruturar a posição relativa das mulheres na sociedade.

A consubstancialidade, por sua vez, implica em uma forma de leitura da realidade social, que provoca, segundo Kergoat (2010) um “entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca”, onde essas relações estão envolvidas umas às outras formando a estrutura da totalidade do campo social.

Para Crenshaw, do seu ponto de vista, considera a intersecção entre sexo e raça, enquanto que para Kergoat é entre sexo e classe, o que por sua vez, acaba tendo implicações teóricas e políticas como menciona Hirata (2014), mas um ponto em comum entre ambas, é a proposta de não hierarquização das opressões.

Não acredito, contudo, que as duas formas analíticas são tão grandemente diferentes uma da outra, no entanto, importa relatar, como já mencionado anteriormente que, apesar de acreditar que não exista uma diferença significativa entre ambas, opto pela categoria analítica da Interseccionalidade, e não pela consubstancialidade, uma vez que a Interseccionalidade é desenvolvida por mulheres negras significando para elas uma forma política de entender a relação das categorias. Diante disso o que coloco é que as categorias não se sobrepõem umas às outras, elas na verdade se intensificam a cada relação, ou seja, ser mulher negra e pobre colocaria em uma relação de desigualdade perante um homem branco e rico, ou também, para ser mais clara, em relação a uma mulher branca e rica. As categorias juntas intensificam ainda mais as relações de desigualdades postas aos grupos mais vulneráveis.

Desse modo, voltemos à história para entender esta relação, uma vez que ela dará base para compreender o presente. Percebe-se que, na longa história da humanidade, a subordinação das mulheres vem se dando há milênios e, nesse sentido, cabe pensar, por exemplo, sobre o surgimento da família na sociedade de classes, por meio de um contrato cuja finalidade é conservar e transmitir os bens sob forma de herança familiar, sendo o adultério da mulher considerado um crime moral e penal. No capitalismo, este tipo de família pequeno burguesa é encarregado de reproduzir os papéis sociais dos homens e das mulheres por meio da educação familiar desempenhadas pelo pai e também pela mãe.

Desse modo, se tem uma ideia de um pai que cumpra com suas funções de provedor principal (chefe de família), colocando sobre ele uma autoridade substitutiva que acaba por compensá-lo pela sua real falta de poder na sociedade, conforme aponta Chauí (2001) ao refletir sobre os homens da classe média. E as mulheres são estrategicamente colocadas como submissas, assumindo a figura da mãe/mulher como doméstica, para não competir com o pai quanto à sua autoridade.

No Brasil, a exemplo de outros países que tiveram bases de sua formação econômica social com os processos de colonização, destruindo formas e modos de vida dos povos originários, o patriarcado fez-se presente desde a chegada dos colonizadores nessas terras, reproduzindo o modo de vida europeu. Por isso, desde o período colonial, era dada ao homem branco a ideia de superioridade. As mulheres brancas, suas esposas, ocupavam uma classe socioeconômica que as permitiam serem suas ajudantes, mas mesmo assim ainda estava sobre elas o manto do patriarcado. As mulheres brancas pobres, por sua vez, ficavam relegadas a prostituição para sobreviver e as mulheres negras estavam escravizadas às tarefas domésticas e, além disso, seus corpos, conhecimentos e habilidades laborais se configuravam como propriedade legal dos “senhorzinhos” a quem serviam tanto como mão de obra nas lavouras, como também mucamas e amantes (SILVA, 1992).

Nesse sentido, reproduz-se uma prática europeia que imperou no feudalismo, quando o senhor feudal ainda tinha o “direito estamental” de transar com as mulheres que se encontravam inferiorizadas, na condição de servas. No regime colonial escravista, as mulheres negras também eram utilizadas como objetos de satisfação sexual pelos seus senhores, ou seja, como eles se achavam donos de sua mão de obra, se tornavam donos de seus corpos e as estupravam. No entanto, apesar do fim da escravidão e dos avanços civilizacionais no campo dos direitos humanos, tem-se a impressão de que ainda hoje não mudou muito aquela realidade do homem rico branco querer e poder se apropriar das mulheres, sobretudo das negras. Isso porque são propagados estereótipos sobre seus corpos e sobre seus comportamentos e a essas mulheres foram dados nomes modernos como, por exemplo, a “mulata tipo exportação”.

Segundo Cardoso (2012, p. 125), o racismo constrói diferentes trajetórias e relações de gênero tanto para mulheres e homens de diferentes grupos raciais, como também para mulheres e homens pertencentes ao mesmo grupo racial, vivenciando o racismo a partir de lugares de gênero diferentes. Nesse sentido, ela usa o termo racismo a partir do termo “racismo gendrado” por acreditar que dá uma ideia de intersecção de gênero e raça que por sua vez, produz experiência particulares a mulheres negras.

Essa relação perturbadora traz diversas problemáticas que, segundo Cardoso(2012), estão na base dos estereótipos dirigidos as mulheres negras e que representam as distinções de gênero que são codificadas pelo racismo através de diferentes discursos. Desse modo, o que se percebe é que a mulher negra tem seu corpo hipersexualizado, desejado. Nesse sentido, mesmo que sejam diferentes e não lhes alcance a ideia posta sobre as mesmas, elas sofrem os mesmo preconceitos e exploração, se apresentando muitas vezes de forma sutil, chamando-as de morena, mulata, da cor do pecado ou até parda, palavras com cunho embranquecedor. A elas

são destinados somente espaços domésticos, ou se tem a ideia de que participam de atividades criminalizantes.

Outros estereótipos da mulher negra permanecem ativos nos dias atuais, tais como a “mãezona”, fazendo referência à mucama de leite, tia Anastácia, servindo como serviçais as “sinhás” mulheres brancas e, por fim, a “negra raivosa” forte e que tudo aguenta, a que chamam de “barraqueira” das periferias urbanas. O vídeo "Angry Black woman" retrata essa forma cruel em que colocam a mulher negra como raivosa. Em todas essas interpretações estereotipadas, segundo Cardoso (2012), se configura o entrelaçamento de gênero e de raça.

Diante do exposto, o que podemos perceber é que cotidianamente se intensificam violações ao agregar racismo a situações de violências sofridas decorrentes do gênero. Estatísticas comprovam que mulheres negras são as principais vítimas de violência doméstica. Segundo o Balanço do Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher/2015, 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica são mulheres negras. O que comprova a necessidade de se discutir sobre a temática dando a ela o recorte necessário. As mulheres negras pobres sofrem ainda mais com tal situação, uma vez que não lhes aparece oportunidades de sair de situações de violência, estando muitas vezes dependentes financeiramente do companheiro ou agressor. Cabe aqui analisar as questões dando-lhes recortes também de classe.

Para além do contexto privado das violências, a reflexão sobre a imagem das mulheres negras no espaço público, também é parte de um fator importante para o enfrentamento de estereótipos que são discriminatórios, pois acabam por legitimar violências contra mulheres em estado de vulnerabilidade, ou seja, mulheres negras pobres.

No Brasil, como já mencionado anteriormente, esses estereótipos pejorativos são agravados pela carga escravista de objetificação do corpo da mulher negra que acaba por reforçar mitos raciais da hipersexualização. Para se ter ideia, em Janeiro de 2014, 56,8% das vítimas de estupros registrados no Estado do Rio de Janeiro, são mulheres negras, segundo o Dossiê Mulher RJ (ISP/2015), o que evidencia que as violações dos direitos das mulheres negras são latentes e que estereótipos acabam também por serem potencializadores de violências contra as mesmas.

Outro ponto a debater é sobre o fato das mulheres negras serem maioria entre visitantes dos sistemas penitenciários, sendo submetidas a situações vexatórias nas instituições prisionais, colocadas nuas para serem revistadas, tendo seus órgãos genitais revistados, sendo isso configurado como uma violação da dignidade humana.

De modo geral, o racismo aliado ao patriarcado acaba fazendo com que a sociedade seja permissiva diante do tratamento violento contra mulheres negras. Os diversos estereótipos

colocados sobre seu comportamento ou até mesmo seu corpo e sexualidade, acabam por serem geradores de vários tipos de violências. Diante disso, o que podemos perceber é que cotidianamente se intensificam violações ao agregar racismo a situações de violências sofridas decorrentes do gênero, sendo assim, as mulheres negras estão mais sujeitas a vulnerabilidade social.

Estas questões também estão vinculadas à dimensão das classes sociais considerando que, desde surgimento da sociedade brasileira, as pessoas negras nunca tiveram oportunidades iguais. Mesmo depois da abolição da escravatura, a sociedade brasileira foi envolvida por um ideário racista de inferioridade da população negra que havia sido “liberta”, mas sem nenhuma indenização ou condição de construir sua autonomia, sem poder acessar à terra (que fora aprisionada pela Lei de Terras de 1850) e aos empregos que estavam sendo entregues aos imigrantes europeus. Desta forma, como bem relata Ribeiro (1995), só lhes restou discriminação e a repressão pela condição de absoluta pobreza nas periferias das cidades e nos trabalhos semisserviços que restaram nas áreas rurais.

Este é um período que, mesmo diante do desenrolar da história, ainda se matem vivo como herança da nossa formação social e econômica, uma vez que muitas pessoas negras ainda sofrem com os resquícios de seu passado.

Para se ter uma ideia, segundo o IPEA(2017) mulheres negras no mercado de trabalho, por exemplo, recebem muito menos do que as mulheres brancas, tendo um menor rendimento do que os homens negros, mulheres brancas e homens brancos respectivamente. Mesmo que o rendimento de mulheres negras tenha sido o que mais teve valorização entre os anos de 1995 e 2015 (80%), e que a dos homens brancos tenha tido apenas uma valorização cresceu (11%), a proporção manteve-se inalterada\ por muito tempo, onde os homens brancos e mulheres brancas ganham mais.

No que se refere ao desemprego, as mulheres negras chegam a atingir, em 2015 cerca de 13,3% (e 8,5% para homens negros, no todo, a diferença por sexo em relação a desocupação, a feminina era de 11,6%, enquanto a dos homens atingiu 7,8%. O que se percebe é que, a cor e o gênero acabam dando referência para a questão de classe, aliando-se a essa por exemplo no que se refere aos ganhos salariais.

Para entendermos tal questão voltamos um pouco na história para perceber que na divisão do trabalho na perspectiva de gênero, as mulheres foram relegadas ao espaço doméstico/privado e reprodutor, sendo colocadas de forma submissa ao homem, sendo este visto como chefe da família, detentor da propriedade privada e, portanto, como tendo poder político e econômico.

Por outro lado, o capitalismo, intensificou a exploração do trabalho, seu processo de acumulação irracional, e insaciado pelo lucro sequestrou pretos africanos que foram usados como mão de obra escravizada nas colônias. Essa naturalização para a exploração advém da ideologia a qual apontamos inicialmente, sobre a formulação de um arcabouço ideológico que dá sustentabilidade a ideia de que o povo negro é inferior, de tal modo que, pessoas negras são submetidas a trabalhos degradantes.

O capitalismo através de sua ideologia opressora e exploradora, alia-se a outras estruturas, tais como o patriarcado e o racismo, para perpetuar a sua dominação. As mulheres negras vivem os resquícios desse modo, ocupam a maior parcela do trabalho doméstico, sendo cerca de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil em 2015, segundo dados do IPEA (2017).

Apesar de constituírem o maior grupo entre as domésticas, cerca de 29,3% das trabalhadoras negras tinham carteira assinada abaixo dos 32,5% das mulheres brancas, em 2015. Ou seja, há uma evidente desigualdade socioeconômica das mulheres negras em comparação com as mulheres brancas e isso está associado à questão racial, não deixando de certo modo, de se configurar como uma violência, uma vez que as violências não se manifestam somente de forma bruta, o racismo, por exemplo, se manifesta silenciosamente no imaginário da população.

Nesta ótica, parece até contraditório como se coloca o capitalismo, mesmo insaciado por lucros, deixa de ganhar por questões racistas ou preconceituosas. Segundo uma notícia vinculada nas redes no ano de 2015 no site do G1 da Globo⁹, uma casa noturna, localizada num bairro nobre da região de São Paulo, proibia a entrada de pessoas negras dentro do estabelecimento, sem nenhuma prerrogativa justificável aparentemente, apenas se utilizando de um ideário higienista.

Desse modo, compreende-se que apesar dos pequenos avanços e mudanças que houve na sociedade brasileira no que diz respeito a “aceitação da mulher negra”, ainda persistem inúmeras violações de direitos ao agregar racismo a situações de violências sofridas decorrentes do gênero e da classe.

Considera, portanto, que no sistema capitalista no qual vivemos, expandem-se as sequelas da questão social, tendo seu aprofundamento na forma como vai se dar a apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente construída, se manifestando em

⁹Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/casa-noturna-villa-mix-e-investigada-pelo-mp-por-discriminacao.html>> Acesso em: 01.12.2017

disparidades políticas, econômicas e culturais das classes sociais, que acabam por serem mediatizadas por relações de gênero, além de conter características étnico raciais e das formações regionais, como coloca Iamamoto (2013).

Vale ressaltar que tal problemática não é de hoje, nesse sentido no decorrer da história surgem grupos de mulheres negras que se identificam e lutam pela conquista e garantia de direitos, dentre estas, a luta das mulheres negras.

No Brasil, o movimento feminista negro surge em meados da década de setenta no bojo da luta feminista e antirracista da época, que contribuiu através de base teórica para o movimento de mulheres negras, como também no processo organizativo. Dessa forma foi possível a este movimento reivindicar e expressar suas próprias demandas, não esquecendo aqui que no interior do movimento feminista, as mulheres negras não se sentiam pertencentes a tal movimento, estavam distantes uma vez que este não abarcava a categoria raça, no capítulo seguinte irei abordar um pouco sobre o feminismo da igualdade e o feminismo da diferença onde se pauta o movimento feminista negro.

3. NUANCES DA RAÇA E A AUTOIDENTIFICAÇÃO COMO AFIRMAÇÃO DE RESISTÊNCIA NEGRA

Enfatizamos, conforme pontua Libence (2014), que as heranças escravistas nos deixaram marcas profundas, sejam na forma como nos enxergamos ou como ocupamos os diferentes espaços, até mesmo na construção de um movimento próprio pautado pelo enfrentamento de desigualdades causadas por estruturas de raça, gênero e classe.

Nesse sentido não podemos deixar de situar que a história da nossa sociedade brasileira foi e ainda é permeada por processo de apagamento de nossa “identidade” numa ideologia racista de embraquecimento e de uma falsa democracia racial, que nega aos sujeitos a sua negritude enquanto processo de resistência política. Esse ideal racista vai provocar reflexos no movimento feminista negro que por sua vez se utiliza da compreensão de “identidade” como forma de enfrentamento das desigualdades.

3.1 Críticas feministas à produção de conhecimento hegemônico: feminismo da igualdade e da diferença

O pensamento marxista defende a ideia do exame crítico da realidade, a partir da observação dos grupos oprimidos numa investigação da vida cotidiana para identificação de suas opressões, nos desafiando a conhecer o mundo por outras perspectivas.

Nesse sentido, segundo Cardoso (2012), a perspectiva teórica do ponto de vista, (standpoint), trabalha com diferentes concepções de realidade, evidenciando várias realidades de mulheres, reconhecendo as diferenças, onde segundo ela, acaba por descartar um ponto de vista único, dominante. A autora coloca que as mulheres estão propensas a vivenciarem situações específicas, dependendo do grupo a qual estão inseridas. No caso das mulheres negras por sua vez, estão submetidas a um sistema de opressão racista e sexista, que marca profundamente suas vidas, e dessa forma, tais categorias são base para construção de produções teóricas, do próprio conhecimento, desse modo, segundo Cardoso, (2012), tal situação vai demarcar inclusive a elaboração de uma epistemologia.

Para as mulheres negras a questão racial é de fundamental importância, sendo essa categoria um forte marcador para entender como muitas mulheres negras experiênciam a categoria gênero nas muitas sociedades.

Retomando Cardoso (2012), baseado no pensamento de Patrícia Collins, informa que não há uma mulher universal, e nem que haja uma verdade absoluta de um único ponto de vista,

seja das mulheres negras ou de modo geral. Ela coloca que existe uma gama de especificidades que dão margem a diferentes referenciais epistemológicos. Diante disso, ela parte para uma problemática atual do movimento feminista, que discute sobre os vários pontos de vista, no qual a um questionamento sobre: “se todos os grupos produzem pensamento especializado, então estão correndo o risco de construir relativismo apolítico?” ela responde essa questão justamente alegando que devemos abrir a possibilidade da coexistência de várias visões decorrentes das várias identidades, e nisso, ela coloca que devemos exceder a estrutura do binarismo masculino / feminino, de modo a evitarmos o ser hegemônico.

Conforme Cardoso (2012, p.79) “a crítica ao feminismo hegemônico vem sendo feita em várias línguas e em diferentes países há muito tempo”, cabendo abordar, sobre o feminismo da igualdade e da diferença.

Nesta ótica, conforme pontua Curiel (2002), levando em consideração a segunda onda do feminismo nos 70, tem se levado uma série de debates que estão moldando o pensamento feminista, que por sua vez, tem a ver com as políticas para todos nós, tais linhas de pensamento se manifestam de maneira pura, mas também se interligam com a conjunta, contudo, o primeiro grande debate foi "igualdade versus diferença".

Curiel (2002) coloca que o feminismo da igualdade tem raízes no iluminismo, no qual este desenvolve um conceito de universalidade do sujeito, tendo por bases princípios como a liberdade, fraternidade e igualdade que estão elaboradas na Declaração Universal de Direitos do homem. Segundo ela, o feminismo da igualdade argumentou que as diferenças entre homens e mulheres na verdade tinha haver com construções sociais que criavam as desigualdades e hierarquias sociais, questionando o determinismo biológico das diferenças genéticas. Ela coloca que para o feminismo da igualdade as diferenças estereotipadas atribuídas aos homens e as mulheres, nada mais eram do que mecanismos do patriarcado para manter a submissão da mulher em espaços de poder, tendo como estratégia principal adentrar nestes espaços, sob a ideia de que tal ação minimizaria as diferenças.

Vale pontuar que o feminismo da igualdade não é um grupo homogêneo, pois podemos encontrar variados grupos, dentre eles, grupos de feministas liberais, radicais, socialistas, e que apesar de suas estratégias políticas, buscavam na verdade desmascarar o patriarcado como sistema de dominação.

Nesse sentido por muito tempo se pensou numa perspectiva hegemônica do feminismo, na diferença apenas do gênero, no qual o feminismo da igualdade é percebido como universal. Segundo Cardoso (2012), essa forma de feminismo trás a noção de que homens e mulheres são iguais, onde sua estratégia se assenta na ideia de direitos iguais, no qual se pressupõe que exista

igualdade de sexos. As reivindicações deste grupo estavam voltadas para a igualdades de direitos, na participação igual dos espaços de poder, centradas na ideia de diferença somente pelo sexo.

Por outro lado, o feminismo da diferença, conforme ressalta Curiel (2002) se inicia fazendo um importante crítica ao feminismo da igualdade, pois coloca que este dá triunfo ao paradigma masculino regulando sobre as mesmas regras e regulamentos. Segundo ela as feministas da diferença se fundamentavam na valorização da feminilidade, onde se defendia e defende a ideia de especificidades femininas, que justifica as diferenças entre homens e mulheres, criticando o paradigma masculino, no qual se acredita que ao assumir a igualdade de homens e mulheres o que se faz na verdade é reproduzir sexíssimo e não questioná-lo.

Nesse sentido, o feminismo da diferença trouxe características positivas, uma vez que traz questionamentos a elementos patriarcais. Costa e Ávila (2005) colocam ainda que o feminismo da diferença traz o debate sobre as diferenças existente dentro do próprio grupo de mulheres, se distanciando de determinações biológicas para investigar sobre sujeitos além do gênero, abrindo, segundo elas, espaço para a análise da interseccionalidade do gênero.

Ainda em Curiel (2002) tanto o feminismo da diferença quanto o feminismo da igualdade partem da "identidade das mulheres", cuja articulação tem um inimigo comum que é o patriarcado. Para ela essa discussão teórica deu base para se falar de gênero como categoria que vai permitir falar sobre a subordinação feminina pelos homens, assumindo assim uma "identidade genérica" como elemento articulador das mulheres. Contudo, neste processo houve um grande questionamento em relação ao feminismo que se apresentava cada vez mais exclusivo, na medida em que legitimava a imagem das mulheres brancas geralmente de classe média ou burguesas heterossexuais, este questionamento foi levantado pelas mulheres negras, pelas lésbicas e latinas, que por sua vez não se reconheciam no feminismo que se apresentava.

Nesse sentido, Curiel (2002) coloca que a categoria "identidade feminina" e logo depois a "identidade genérica" começaram a ser questionadas. Desafiando a questão da sexualidade dentro do feminismo, feministas lésbicas começaram a construir os feminismos lésbico ou lésbica, no qual tais feminismo começam por criticar politicamente a heterossexualidade compulsória que por sua vez é imposta pelo patriarcado.

Para além disso, começaram também a questionar o racismo dentro do feminismo, no qual Curiel (2002) coloca que nas análises feitas não levaram em consideração realidade de muitas mulheres, uma vez que vai perpassar além da questão de gênero, mas de raça e de classes. Contudo, foi neste processo que muitas mulheres negras começaram a tomar rédeas de suas próprias formas de ver o feminismo, a partir de sua experiência.

Assim, retomando Cardoso (2012 *apud* HALL, 2003, P. 124), o pós-colonial apresenta uma resposta a necessidade de superar a crise, pela incapacidade de velhas categorias de explicar o mundo, a exemplo da priorização da categoria de gênero, em detrimento de outros marcadores sociais, tais como a raça, a classe, a idade etc. na vida das mulheres.

Segundo Carneiro (2003) o feminismo acaba por transformar as mulheres em novos sujeitos políticos, fazendo com que assumam, a partir do lugar onde estão inseridos, diversos olhares que acabam por desencadear processos diferentes e particulares de cada grupo, ou seja, ela coloca que as mulheres negras por possuírem demandas específicas não podem ser tratadas somente por uma questão de gênero e sim também por outras especificidades.

Essas especificidades exigem-nos que se ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade, levando em consideração obviamente as especificidades das mulheres. Por exemplo, o caso das mulheres negras terem como foco de luta o racismo, nesse sentido é que, Lélia Gonzalez (*s/n apud* CARNEIRO, 2003) diz que “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial”, isso para as mulheres negras.

Posto isso, entende-se que a luta de mulheres negras, é algo necessário. A história das mulheres negras na sociedade brasileira contribuiu para um pensamento feminista negro, conforme Lélia Gonzalez (1984, p. 3 *apud* CARDOSO, 2012) a especificidade do feminismo negro brasileiro “é fundada numa experiência histórica comum”, sendo esta a base da luta das mulheres negras, desde o período escravista até os dias atuais.

Contudo, não obstante, precisamos pautar que a sociedade brasileira é uma sociedade racista, que por sua vez se caracteriza num processo de apagamento cultural, sendo necessário a identificação enquanto pessoa negra como um processo político de resistência.

3.2 Identificação e aceitação da identidade negra feminina como formas de resistência

O Brasil foi marcado pela colonização baseada em um regime escravocrata, que deixou-nos uma herança, o racismo. O racismo como herança para a população negra provocou a sua invisibilidade, e marginalização, que contribui para um processo de desenvolvimento de negação da própria ancestralidade negra e de “identidade negra” o colocando a margem da sociedade.

Antes de tudo, precisamos compreender o que é identidade nacional, segundo Hall (2006, p.48-49) “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”, coloca ainda que a nação não é uma

entidade política, mas é um lugar que produz sentidos, é um “sistema de representação cultural”. Partindo disso podemos dizer que a identidade nacional é na verdade uma comunidade simbólica, cheia de sentidos.

Hall (2006) ainda pontua que a identidade nacional não pode ser única ou exclusiva, uma vez que decorre de diferenças de uma mesma nação, tal como gênero, raça e etnia, destruindo a ideia de uma cultura nacional unificada, onde coloca que as nações são constituídas de diferentes culturas que só são unificadas através de um processo violento e eliminação forçada da diferença cultural.

No contexto brasileiro, evidentemente não escapou de tentar construir uma “identidade nacional”. Como pontua Munanga (1999) a grande parte da elite intelectual brasileira da época estava profundamente influenciada por teorias racistas europeias e americanas, nesse sentido, quando o Brasil deixa de ser colônia e passa a se constituir como nação, os intelectuais começaram a se preocupar em construir uma “identidade nacional”, contudo, esse processo se configurava como um grande desafio, já que surgia uma nova categoria de “cidadãos”, os ex-escravos.

O negro foi considerado um símbolo de atraso para a sociedade brasileira da época, a solução que alguns intelectuais da época encontraram, baseada numa proposta eugenista, foi de clarear a população brasileira, num processo de embranquecimento nacional, através da miscigenação como também a criação de uma cultura unificada conforme os padrões europeus.

Munanga (1999) ainda coloca que muitos foram os intelectuais que estavam preocupados com a formação do povo brasileiro, cujas produções estavam baseadas em discursos sobre a miscigenação, ora a tratando como vilão ora a vendo como uma solução, mais tarde, o discurso ganha uma nova formatação passando a ser vista como um mecanismo que colaboraria para a democracia racial. Segundo ele o mito da democracia racial teve uma penetração muito profunda na sociedade brasileira, que por sua vez permitia as classes dominantes disfarçar e dissimular as desigualdades impedindo os negros de terem consciência dos mecanismos sutis de exclusão social da qual são vítimas, ele coloca que:

[...]encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essa característica são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas”, em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. (MUNANGA, 1999, p.80)

Como pontua Guimarães (1995) essas relações estão permeadas por uma ideia de embranquecimento, onde o termo passou a significar a capacidade da população brasileira, tal capacidade se constituía na concordância de pessoas negras em renegar a sua ancestralidade africana ou indígena.

Essa ideia de embranquecimento, como já pontuado no capítulo anterior, serviu para racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural provocados pelo racismo científico e determinismo geográfico da época, onde tanto o termo embranquecimento quanto o de democracia racial eram discursos racialistas que por sua vez, como pontua Guimarães (1995) vai residir na ideia de que existem três raças fundadora da nacionalidade, onde a cor e os costumes das pessoas poderia se caracterizar tanto como um valor positivo quanto negativo.

Mesmo que tal projeto de nação tenha sido abandonado em meados do século XX, a ideia de embranquecimento acabou por influenciar a sociedade brasileira sendo internalizada por ela. Este processo trouxe grandes repercussões, sobretudo com que diz respeito ao fato de que muitos mestiços quererem ingressar numa identidade branca, ou tida como superior historicamente, atuando de forma negativa, inclusive, no processo de construção de uma identidade política na defesa de uma população negra bem como também na sua marginalização.

De tal modo que precisamos compreender que o processo de negação da “identidade negra” não foi um processo rápido ou fácil, este processo encontra-se entranhado na história da sociedade brasileira, que provocou na população um sentimento de não pertencimento.

Nesse sentido, precisamos entender o que é identidade, para Hall (2006) identidade não é algo fixo, mas sim um processo, e nesta perspectiva, ele pontua que trata-se na verdade de uma “identificação” ou um “processo identitário”, no qual não é somente uma mudança de nomenclatura, adotando o termo identificação para assinalar as identidades culturais, já que defende que nenhuma identidade é fixa ou móvel, colocando que somos constituídos de representações.

Contudo, para Carneiro (1993), baseada numa epistemologia feminista, coloca que a identidade, antes de tudo, se configura como resultado de um processo histórico-cultural, no qual isso não seria um problema se a diferença, segundo ela não fosse entendida e vivida como inferioridade na cultura ocidental, nesse sentido, ela coloca que a identidade vai ser algo que se constrói em oposição a algo, pressupondo o outro.

É válido ressaltar que desde a nossa infância nunca nos foram mostrados exemplos de pessoas negras bem sucedidas, ou que foram heróis, principalmente no que se refere as mulheres negras, o que podemos perceber é que houve na nossa história um apagamento cultural, um

processo de epistemicídio, que se configura como uma violência de cunho educacional, no qual nós é colocado a ideia de que pessoas negras não são inteligentes para ocuparem espaços de poder, ou não nos dão confiança intelectual, esse fenômeno, como pontua (CARNEIRO, 2005), vem a ocorrer pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pelo ideário de que pessoas negras elas não são sujeitos de conhecimento, da desvalorização da negritude, esse processo de apagamento.

Como pontua Silva e Ribeiro (2015) foi no esconderijo dessa identidade negra, num reforço de silenciamento pela própria educação desde a nossa infância, que o Brasil contemporâneo e a velha África, a construção da identidade de forma estereotipada foi se configurando em um país racista.

Após está breve descrição do processo histórico brasileiro na tentativa de uma formação de “identidade nacional” precisamos entender como se constitui o processo identitário da população negra no contexto atual, apesar da ideologia do embranquecimento ainda se fazer presente na nossa sociedade influenciando as construções identitárias, como também pontuar sobre a ideia de “identidade feminista homogênea para todas as mulheres” como coloca Carneiro (1993).

Salienta-se que o apagamento da identidade negra foi provocado pelo ideário do embranquecimento, onde o negro cria um sentimento de não pertencimento, num processo onde tende a se negar enquanto negro. No Brasil, os efeitos dessa ideologia, como já pontuado, persiste até os dias atuais na sociedade brasileira, sobretudo quando nós deparamos com pessoas negras que não se identificam como tal, sempre se caracterizando com pardos os mestiços, na tentativa de se aproximar da ideologia dominante¹⁰. Contudo, como analisa Hall (2006, p. 67) “[...] na história moderna, as culturas nacionais têm dominado a ‘modernidade’ e as identidades nacionais tendem a se sobrepôr a outras fontes, mais particularistas, de identificação cultural”.

Se percebe que o próprio autor ressalta que a identidade cultural nacional tem sido deslocada, principalmente por causa da globalização, isso desde o final do século XX, onde Hall evidencia que diferentemente do sujeito do iluminismo onde a identidade era tida como fixa e estável, o sujeito pós moderno vai se caracterizar por ter sua identidade “aberta, contraditória, fragmentada, inacabada (HALL, 2006 p. 46).

¹⁰ Cabe lembrar que aqui no Brasil a classificação racial vai se dá a partir do fenótipo (quanto mais o sujeito se aproxima de características brancas mais ele poderá ser lido como branco, e quanto mais ele apresenta características negras, ele vai ser lido como negro), enquanto que para os Estados Unidos e de origem genótipo, ou seja, pela descendência negra.

E mesmo diante disso, ele vai evidenciar que as bases fundantes da identidade nacional continuam por influenciar a identidade cultural dos sujeitos, diante disso, pontuamos que a ideologia do embranquecimento ainda continua no imaginário da população, a influenciando principalmente para a construção indenitária da população negra.

Conforme aponta Munanga (1999) no Brasil há uma “zona vaga flutuante” onde vive a maior parte da população afro-brasileira, no qual se percebe o grande sonho desta, se passar por uma pessoa branca, isso vai acabar por enfraquecer o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis, ou seja, os negros de pele mais escura e com características negras mais marcantes. Segundo Munanga (1999):

Estes, por sua vez, interiorizamos preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletivas. Tanto os mulatos quanto os chamados negros "puros" caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todos acessos abrindo mão da formação de sua identidade de "excluídos". (MUNANGA 1999, P. 88)

Vale ressaltar que esse processo é diferente nos Estados Unidos, onde não existe essa pessoa intermediária (o mestiço), ou você é branco ou você é negro. Diante disso, Oliveira (1974 OLIVEIRA *apud*, MUNANGA, 1999) coloca que:

Havendo lugar para o mulato, não parece haver necessidade de ajuda para os negros como grupo. A história e a profunda virulência do racismo norte-americano soldaram os negros em uma força racial efetiva, enquanto que a ambiguidade da linha cor/classe no Brasil deixou os negros sem coesão ou líderes. (OLIVEIRA 1974, p. 68, *apud* MUNANGA, 1999)

Posto isso, no que se refere aos movimentos sociais negros, Munanga (1999, p. 14) pontua que eles tentam construir sua identidade a partir de peculiaridades de seus grupos, onde tal identidade vai passar “por sua cor, ou seja, pela recuperação de sua negritude física e cultural”. Contudo, ele pontua que os movimentos negros não conseguiram mobilizar todas as suas bases afins de introjetar-lhes o sentimento de identidade coletiva, nesse sentido, sem a constituição dessa identidade não haverá no Brasil uma consciência de luta verdadeira, o grande problema seria que no Brasil o ideário de embranquecimento “roubou dos movimento negros o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos (MUNANGA, 1999, p. 15).

O ideário do embranquecimento vai minando a construção da identidade negra, visto que, muitos mestiços não se veem como pessoas negras, onde acabam assumindo uma identidade branca, dificultando a própria mobilização desses sujeitos numa só identidade negra. Contudo, é válido pontuar que muitos movimentos negros da atualidade vêm pautando sobre questões de construção da identidade negra, principalmente no que tange o movimento feminismo de mulheres negras.

Conforme aponta Curiel (2002), a política de identidade, num contexto onde apresenta resquícios de eventos históricos colonizadores e de escravidão que vão tornar o “ser negro” em situação de desvalorização e desprezo, vai se constituir como uma estratégia prioritária dos grupos que estão dedicados a combater os sistemas de dominação, que por sua vez vai apresentar uma série de ações que buscam reafirmar a subjetividade das pessoas negras que não se desenvolve somente individualmente, mas também coletivamente, tais ações vão se constituir desde a recriação de elementos da cultura africana para desenvolver espaços de identidade negra, como também processos que busquem a valorização e a autoestima das mulheres negras.

Nesse sentido, para Curiel (2002) identidade é algo complexo, que do ponto de vista individual vai compreender em um processo íntimo e subjetivo, que se formula a partir da própria experiência de representações e de relações com outros, e para o nível coletivo pontua que identidade são referências que vão governar inter-relações entre membros das sociedade ou de grupos diferenciados, ela pontua ainda que identidade está dentro de uma estrutura de fatos e conflitos sociais, nesse sentido Larkin (2002, *apud* CURIEL, 2002) vai dizer que a identidade não é estática, podendo mudar de acordo conforme os processos históricos.

Curiel (2002) coloca ainda que existe no feminismo atualmente duas linhas de debate sobre identidades, uma vai considerar todas as identidades como ficções repressivas, vendo as identidades raciais como essencialismos, que se baseia num etnocentrismo classificando os grupos sociais em geral em estereótipos, aqui, segundo a autora entra-se muitas pós modernistas e não pós modernistas que veem a identidade como erros políticos uma vez que não vai desmascarar as verdadeira causa da exploração e subordinação que é dado a fatos históricos.

O segundo grupo no entanto, vai compreender identidade como digno de reconhecimento e como uma estratégia de sobrevivência humana e política, esses segundos grupos propõem que a reafirmação racial é necessária para promover transformações, esta postura se verifica em muitas mulheres negras e algumas lésbicas.

Para Curiel (2002) um dos perigos da identidade é justamente levar-nos a auto segregação, sectarismo e nacionalismo. Ela coloca que quando o significado de negritude é

entendido de forma biológica, a compreensão vai se dá fora de seu ambiente político e histórico, e que quando assumirmos a nossa cor de pele dentre outras características fenotípicas estamos adicionando mais itens para erradicar o racismo. Evidencia ainda que o termo “negro” vai fazer parte de uma representação, onde isso vai compreender como foi construído a nossa sociedade, coloca ainda que deixar de compreender essa generalização significa ficar preso em estereótipos que nos é imposto.

Desse modo, Curiel (2002) pontua que devemos fortalecer a luta pela negritude, devendo considerar outros sistemas de opressão, fazendo uma luta articulada. Coloca ainda que a construção do sujeito e do sujeito político vai implicar compreender o seu contexto histórico, fora de uma lógica binária, embora ela compreenda que isso é um processo desafiante para a supremacia branca, passando a visão de que o racismo é algo complexo que por sua vez afeta toda a sociedade, e que rejeitar o essencialíssimo vai envolver reconhecer nossas múltiplas experiências, condições de vida e produções culturais.

Para ela, não se esta rejeitando as identidades ou assumindo todas elas, quando na verdade, em um mundo como o nosso, no qual setores dominantes tem a certeza de quem você é, precisa-se fornecer alguma certeza quando definir esse sentimento de auto afirmação, pois muitos negros são chamados de essencialistas por acadêmicos brancos, de tal modo que, devemos levar a experiência negra para compreendermos as implicações da identidade e a necessidade de reconhecimento e diferença cultural, onde elas não necessariamente precisam se apreendidas nos discursos acadêmicos, mas também nas nossas emoções e aspirações.

Diante disso, ainda em Curiel (2002) não devemos assumir uma posição simplista de rejeitar as identidades ou leva-los, considera que é uma questão complexa na ação política, pois no momento em que poderíamos estar contrariando os sistemas de dominação, na verdade poderíamos estar contribuindo, assim vice versa, por isso pontua que devemos entender identidades como produtos sociais, mutantes e flutuantes para evitarmos cair em essencialíssimos e não para acusar muitos grupos que adotam tal postura. Nisso tudo coloca que não devemos ficar presos as identidades pois isso poderá significar reducionismo as estruturas sociais.

Nesse sentido, Carneiro (1993), pontua que a identidade feminina vai se mostrar na diferenciação em relação ao masculino, ela coloca que os primeiros passos do movimento feminista no Brasil e no mundo se configura na recusa de todos os estereótipos dados a mulher, onde a evolução desde movimento vai permitir um resgate da dimensão feminina. Ela pontua que a identidade feminina é compreendida como um projeto em construção que vai passar pelo rompimento a tais estereótipos como também pelo resgate de potencialidade que foram

abafadas ao longo dos séculos, onde o patriarcado se colocava e se coloca presente, e portanto, se a identidade feminina é um processo em construção, este processo vai depender da aquisição de um conjunto de direitos capazes de garantir o exercício pleno de cidadania a mulher.

Contudo, ela questiona, de que direitos estamos falando, levando em consideração a realidade brasileira, e de que mulheres? Nesse sentido Carneiro (1993) coloca que afirmar a identidade feminina como campo de significações particulares, corremos o risco de não considerar a complexidade das relações sociais. Ressalta ainda que a mulher negra advém de experiências históricas diferenciadas, e nesse sentido o discurso clássico de opressão a mulher não vai dar conta da diferença qualitativas das opressões que as mulheres negras sofrem na sociedade.

Nesse sentido, como já pontuado no tópico anterior Curiel (2002) coloca que a discussão teórica que se tinha assumia uma “identidade genérica” que se configurava como elemento articulador das mulheres, contudo esse feminismo não representava todas as mulheres, nem tão pouco a identidade feminina, onde muitas mulheres lésbicas questionavam essas duas categorias, além de haver um questionamento sobre o racismo dentro do feminismo, onde não levaram em consideração as várias realidades das muitas mulheres, que eram atravessadas por categorias tais como raça, gênero e classe.

Posto isso Carneiro (1993), coloca que o rompimento dos velhos modelos de discriminação contra a mulher, deve-se passar também pela rejeição a discriminação racial, num processo que também garanta cidadania a mulher negra. Aqui pontuo que também deva-se passar pela rejeição desse ser hegemônico de pensar a mulher apenas como branca, heterossexual burguesa.

Vale pontuar que a identidade se configura como algo político e positivo, num processo de resistência política numa sociedade marcada por ideário racista de embranquecimento e de democracia racial, onde por muito tempo o negro teve seu processo minado por tais ideologias, na negação de si próprio e de silenciamento e de invisibilidade marginalizada, o ideário de embranquecimento como já pontuado roubou dos movimentos sociais o ditado “ a união faz a força” como coloca Munanga (1999), cuja divisão de negros em mestiços provoca alienação no processo de identidade de ambos. Identidade também como um processo em construção que passa pela desmontagem destes modelos patriarcais de gênero de desigualdade racial.

Vale pontuar que as mulheres negras nesse processo de aceitação do corpo é algo difícil, muitas delas inclusive usam de alguns artifícios para camufla-se através de procedimento de alisamento para se manterem aceitas, onde pessoas brancas vão permitir sua presença, mas não levam ao mesmo patamar dos brancos (SILVA, 2016, p. 9).

Segundo Gomes (2002) para o negro este processo é conflituoso na medida em que gera uma mescla entre rejeição e aceitação, e as múltiplas representações sobre o cabelo crespo vão representar a forma como este sujeito se comporta, numa sociedade racista. Sendo necessário aqui entender a relação que o negro tem com o seu corpo, pois esta relação vai ser construída dia a dia, buscando compreender como estes sujeitos constroem sua identidade. Segundo ele, o corpo vai falar da forma como estamos no mundo, pois, a nossa localização na sociedade vai se dá pela mediação do espaço e tempo, e que estamos presente em uma realidade dupla e dialética, e nesta o corpo é ao mesmo tempo natural e simbólico.

Diante disso, os sujeitos constroem sua identidade a partir das suas relações, isso significa dizer que a mulher negra também sofre influências externas. Para Gomes (2002) a identidade negra não começa somente a partir do olhar deste sobre ele mesmo, mas também a partir do olhar do outro.

E é neste sentido que o movimento de mulheres negras constroem sua identidade, num processo de auto afirmação e de busca pela ancestralidade, não se reconhecendo em um ser hegemônico, mas buscando sua própria identidade.

4. O ATIVISMO DE MOVIMENTOS FEMINISTAS NEGROS EM NATAL

Ao longo da história, muitas mulheres questionavam a sua condição de subalternidade social, política, econômica e, até, familiar. As mulheres negras, nesse processo, além de questionar as opressões que as amarravam num contexto de desigualdades raciais de gênero e de classe, questionavam também o feminismo hegemônico que tinha como premissa as mulheres brancas burguesas heterossexuais. Diante de tal problemática, as mulheres negras passaram a constituir um movimento autônomo no reconhecimento de sua identidade como construção política que levassem em consideração as suas especificidades.

Esse fenômeno apresenta-se tanto em nível mundial quanto nacional. No contexto brasileiro, esse movimento ganha mais organização e força no ano de 1988, na cidade de Valença, no estado do Rio de Janeiro, quando foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), sendo um marco para a luta dessas mulheres, uma vez que possibilitou o compartilhamento de saberes e experiências. Hoje, o movimento articula-se na luta contra as desigualdades sociais provocadas por questões estruturais de raça, gênero e classe.

4.1 Trajetórias dos Movimentos Feministas Negro

Destaco aqui a interação do movimento social com a negritude. Vale ressaltar que o movimento social é um espaço de construção de conhecimento político e, para tanto, torna-se espaço de luta política. Na cena contemporânea cresce o grande contingente de pessoas que lutam por melhorias e direitos, a partir de uma nova conjuntura sociopolítica, econômica e cultural, como pontua Gohn (2013), o que dá vazão para o surgimento de novos agentes políticos. Ao longo da história, novos sujeitos aparecem na cena política, dando voz às suas demandas e ações, como foi o caso do movimento feminista negro, em meio às discussões dos novos movimentos sociais.

É importante destacar que a emergência de novos sujeitos políticos coletivos tem forte ligação com a crise do sistema capitalista vigente, na medida em que é resultado da luta de classes provocada pela questão social. O sistema capitalista é marcado por grandes processos de crises, como a que houve na transição dos anos de 1960 a 1970, mas tem a capacidade de se reinventar a cada crise estrutural que ele mesmo a cria. Aquela crise deflagrou um processo de reestruturação produtiva que se caracterizou como um novo modelo econômico que acarretou várias mudanças no mundo do trabalho, na política e nas relações sociais.

Tais mudanças provocaram sérias consequências para a classe trabalhadora e o Estado, segundo Costa (2016), passou por mudanças estruturais que acabaram por mudar o seu papel. Tentando sanear a crise, o Estado apresentou novas condições para a implantação das políticas sociais, orientado pelo ajuste fiscal que redimensionou o fundo público. O Estado, como coloca Montaño e Duriguetto (2011), funcionava como propulsor dos movimentos sociais em decorrência de sua inoperância ou omissão frente a serviços coletivos, como também poderia funcionar como instrumento de sua retração, já que, a menor ou maior permeabilidade do estado influiria no ritmo e no próprio desenvolvimento dessas organizações.

Neste contexto, segundo Costa (2016), surge a crise das ideologias, estando em questão a discussão dos paradigmas da modernidade, levando a questionamentos sobre as principais abordagens teóricas que lhes dão sustentação, entre as quais o marxismo que passa a ser criticado por já não apresentar a capacidade necessária para suprir todas as expressões da subjetividade. Surge, neste cenário, novas tendências, sendo agrupadas no que se passou a chamar de “pós-modernidade” que cresce em um ambiente propício, onde há a fragmentação do ser social, um acirramento das desigualdades e o aprofundamento da individualização dos sujeitos.

É nessa conjuntura, precisamente nos anos 1980 do século XX, que surgem os chamados novos movimentos sociais, que deslocam as discussões para além da questão da classe, campo predominantemente marxista. Mesmo diante de tal problemática, da fragmentação da totalidade do ser social, junto com as novas abordagens culturais e identitárias da pós-modernidade, aparecem novos sujeitos sociais que dão visibilidade às lutas mais diversas e novas experimentações sociais de construção de políticas públicas para o enfrentamento de iniquidades e na defesa da democracia. Mesmo assim, conforme Costa (2016), ao desarticular o sujeito da estrutura social, confiando a discussão sobre identidade numa concepção culturalista, a perspectiva pós-moderna acaba por naturalizar as desigualdades de gênero, utilizando-se da ideia do sexo biológico como determinante de condições físicas femininas, subalternizando as mulheres.

É bem verdade que os novos movimentos sociais apresentam forças sociais organizadas, a partir de uma experimentação social que não está congelada no passado, muito embora este fator tenha importância crucial, dando sentido, segundo Gohn (2013), às lutas do presente, onde essas experiências se recriam. É neste sentido que o movimento de mulheres negras se coloca atualmente, tendo no seu passado uma grande importância para sua luta no presente, muito embora as experiências atuais contribuam para seus meios de resistência, levando em consideração as diferentes formas de resistir, baseado em suas experiências.

Conforme aponta Curiel (2002), o movimento das mulheres negras nasce articulado às categorias de raça, de classe, gênero e sexualidade, que servem para explicar a realidade dessas mulheres. O movimento contribui para que, numa epistemologia feminista, o ponto de vista das mulheres negras seja considerado na problematização das questões de gênero, a partir do conceito de interseccionalidade, questionando a fragmentação das análises e a própria pretensão de universalidade do saber construído pelo olhar do "homem branco". Com novos olhares, surgem novos desafios e novas formas de lutas que combinam o enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe social. Com essa perspectiva, o movimento feminista negro teve muitos avanços no decorrer da história, muito embora ainda precise percorrer um longo caminho, sendo inúmeros os desafios postos aos movimentos sociais, uma vez que a luta se mantém acirrada na atualidade, tanto no campo subjetivo como objetivo.

Sendo o foco o movimento de mulheres negras, é importante informar a grande contribuição teórica que o movimento feminista deu para esse movimento, como já mencionado. Nesse sentido, torna-se relevante trazer alguns pontos sobre este movimento ao longo da história.

A primeira onda do feminismo mundial surge a partir das últimas décadas do século XIX, quando diversas mulheres se organizavam para ter o direito ao voto, esse movimento ficou conhecido como o movimento sufragista. Ângela Devis (1981) relata que tal movimento foi marcado por uma luta interna, já que as mulheres negras eram invisíveis dentro da campanha do sufrágio feminino, em que as mulheres brancas se preocupavam apenas em atingir suas irmãs brancas da classe trabalhadora. Essas por sua vez, não se preocupavam com a questão do voto feminino, o que pretendiam era resolver suas questões econômicas imediatas. As sufragistas prometiam que o voto garantiria que elas, as mulheres, tornariam-se iguais aos seus homens, sendo a mulher negra dispensável nesse jogo político.

No Brasil, a primeira onda do feminismo surge, também, por meio da luta pelo voto feminino como, também, por meio do movimento das operárias, com uma ideologia anarquista, que reunia a “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. Vale ressaltar que, no período de 1930 ao período de 1960, foi lançado o livro de Simone de Beauvoir com uma celebre frase: “não se nasce mulher, se torna mulher”. Na década de 1960 o movimento feminista surge com toda a força, não lutando somente para a libertação da mulher, mas pela luta contra as desigualdades sociais.

No Brasil, neste período, o movimento feminista relaciona-se de forma diversa com o resto do mundo, sendo que, no ano de 1964, como golpe militar, o movimento feminista estava marcado por grande desconfiança pelo Regime Militar, já que se acreditava tratar-se de um

grupo de política, moralmente perigoso. Mas, é na década de 1970 que o movimento feminista ganha as primeiras manifestações.

Na década de 1980, período marcado pela redemocratização, o feminismo no Brasil entra em grande agitação, havendo surgimento de diversos grupos e coletivos em toda a região do Brasil na discussão de diversos temas relacionado à mulher. Uma das vitórias do movimento feminista brasileiro foi justamente o surgimento do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), numa campanha para a inclusão dos direitos das mulheres na Constituição. Depois desse período, o movimento feminista veio perdendo importância nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, vindo a ressurgir através da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

É no final do século XX que o movimento feminista aparece com teor profissionalizante, numa articulação com as Organizações Não-Governamentais (ONGs), na intervenção junto ao Estado a fim de garantir políticas de proteção à mulher vítima de violência doméstica, sendo a maior conquista a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006). A luta adquiriu várias articulações no enfrentamento da discriminação de gênero e também de raça, considerando que a sociedade brasileira sempre ignorou tais problemáticas, principalmente a de raça, numa noção errônea baseada na teoria da democracia racial.

Conforme salienta Damasco (2012), sob a influência do feminismo anglo-saxão, começou, no período de 1980 e 1990, uma crítica pelo fato de o feminismo ser liderado por mulheres brancas de classe média alta. Desse modo, havia a necessidade de promoção de discussões mais amplas sobre o conceito de raça e classe, dado que as mulheres negras questionavam a ausência da temática racial no movimento feminista. O encontro em Bertioga, em São Paulo, que ocorreu em 1985, foi ponto fundamental para a mobilização do movimento negro feminista brasileiro. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que ocorreu em Beijing, no ano de 1995, foi um momento importante para a atuação das mulheres negras, na qual foi incluída a temática racial na declaração final e na Plataforma de Ação de Beijing.

O movimento feminista negro surge no Brasil em meados dos anos 70, durante a Ditadura Militar, no bojo da luta feminista e antirracista da época, que tinha como suporte a luta pela democracia e, é claro, a luta pelo fim da desigualdade social na busca pela cidadania. As mulheres negras não tinham espaço, uma vez que o movimento feminista e o movimento negro, não levavam em consideração demandas oriundas da raça na interseção com o gênero, já que por muito tempo nestes movimentos, foi desconsiderado a pluralidade da diversidade em seu interior. Entretanto, as lutas de ambos, em um dado momento histórico, uniram forças para alcançar objetivos comuns. Vale ressaltar que esse processo foi complicado, à medida em que

inicialmente não havia abertura política para esse grupo discutir e pautar a suas demandas específicas.

No Brasil a partir de 1985 houve, de forma mais organizada, a participação de mulheres negras no movimento feminista, por meio do qual foram realizados alguns encontros que culminou em muitas vozes para discutir o que seria especificidade, conforme relata Matilde Ribeiro(1995) no qual a mulher negra é vista de forma diferente do homem branco que ocupa uma posição de privilegio na sociedade.

Ribeiro (1995) ainda pontua que em 1988 as mulheres negras vão consolidar o movimento feminista negro, de forma autônoma, pontuando suas especificidades na luta pela tripla opressão.

Importa ressaltar que a mulher negra pobre se insere na sociedade sobre a ótica de uma tripla opressão, a de raça, a de gênero e de classe. Nesse contexto, é importante relatar que as mulheres negras estão inseridas num conjunto de opressões que se caracterizam em desvantagens sociais que, por sua vez, resulta na inferiorização da mulher negra em detrimento da mulher branca. Sabemos que a raça é um demarcador social que repercute em várias dimensões, no âmbito escolar, do trabalho etc. O Estado negligencia a questão, tratando de forma repressiva as pessoas negras, na medida em que o racismo é característica estrutural para a sociedade brasileira.

Percebendo isso, as mulheres negras trouxeram para o debate do movimento feminista a categoria raça, de tal modo que no ano de 1988, na cidade de Valença no estado do Rio de Janeiro foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN). Esse encontro foi considerado um importante marco na luta das mulheres negras, proporcionando um impulso à construção e organização de uma luta própria. Esse evento possibilitou uma troca de experiências, debates e reflexões que deixaram bem claro a que as mulheres negras vieram, que era justamente de não estarem mais submissas a referencias dominantes, de homens brancos e negros e de mulheres brancas. Diante disso, Carneiro (2003) aponta que as mulheres negras tiveram experiências divergentes das mulheres brancas, de tal modo que:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um

contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados (CARNEIRO, 2003).

Percebemos que o movimento de mulheres negras foi e é importante na medida em que traz para o interior do movimento feminista especificidades, num movimento firmado pela compreensão dos processos de opressão contra as mulheres negras, refletindo um novo cenário de luta, conforme Carneiro (2003), a unidade de luta das mulheres na nossa sociedade não depende apenas da nossa capacidade de superar desigualdades geradas pelo patriarcado, mas também a superação de outras ideologias complementares a esta, como, segundo ela, é o caso do racismo. Uma vez que o racismo atinge significativamente as pessoas negras, em especial as mulheres negras.

Desse modo, segundo Carneiro (2003), o movimento de mulheres negras vem lutando contra a opressão de gênero e de raça, trazendo novos contornos à luta antirracista e feminista, promovendo a síntese das bandeiras de lutas de tais movimentos. Essa abordagem tem grande importância para o movimento feminista negro na medida em que traz questões que até então não eram levadas em consideração pelo movimento feminista hegemônico, tais como a atenção para formulação de políticas demográficas, na atenção da caracterização da violência contra a mulher, na introdução do conceito de violência racial, no qual se caracteriza, segundo ela, como aspecto determinante das formas de violências sofridas por mulheres negras, bem como a discussão sobre doenças que atingem principalmente as pessoas negras, além da discussão sobre o preconceito racial nas relações de trabalho, sobretudo na abordagem das entrevistas de emprego que seleciona pessoas de “boa aparência”, reproduzindo o racismo laboral.

4.2 Ativismos de organizações de mulheres negras em Natal/RN

Durante esse estudo foi possível realizar um mapeamento de movimentos feministas que atuam em Natal/RN, embora exista a dificuldade de realizar um levantamento exaustivo, pois, por se tratar de ferramentas de luta coletiva, surgem novos movimentos cujo processo está em constante construção pelas mulheres. Nesse sentido, identifiquei os seguintes movimentos feministas: Associação de mulheres de Felipe Camarão, o Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz, Núcleo Amélias, Fórum de Mulheres, o Movimento Mulheres em Luta, o Coletivo M.I.G.A, o Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI), Coletivo As Carolinas, Coletivo Negras de Periferia, Juntas Potiguar; frente feminista, Setorial Negros e Negras do Levante Popular da Juventude do RN - ENEGRECER.

Devido à temática do trabalho, realizei um recorte buscando privilegiar somente os movimentos de mulheres negras, compostos por mulheres negras e não mistas, priorizando dois grupos que são base para a constituição deste trabalho: o Coletivo Negras de Periferia (CNP) e o Coletivo As Carolinas (CAC). Dessa forma, passarei a caracterizar cada uma dessas organizações, pontuando suas trajetórias e formas de atuação, segundo o que está evidenciado em seus sítios e redes sociais na web, bem como em documentos produzidos e disseminados pelos mesmos.

O Coletivo Negras de Periferia é uma organização independente que atua nas periferias do Município de Natal/RN, cujas participantes se identificam como “mulheres pretas, trabalhadoras, mães, estudantes secundaristas e universitárias, em sua maioria pobres” que se organizam e atuam no combate à violência de gênero, raça e de classe. O CNP surge a partir da necessidade de se falar sobre as violências que as mulheres negras sofrem e que poderiam ser protagonistas de sua própria história. Elas pontuam que as discussões devam chegar na “quebrada”, não tendo lugar fixo para realizar seus encontros, pois acreditam que devam ser rotativos, para que as informações transitem pelas calçadas de todas as integrantes, pontuando que estão cansadas de pessoas que falam por elas ou sobre elas, colocando que são capazes de gerar ideias e liderar revoluções¹¹.

Essa necessidade de buscar construir um movimento próprio que leve em consideração suas próprias demandas não é algo novo. Conforme pontuado no capítulo anterior, as mulheres negras sempre buscaram evidenciar que a luta não poderia estar centrada somente na diferença de gênero, no binarismo entre homem/mulher, mas sim que existiam outras questões, várias realidades de várias mulheres, e, portanto, não se poderia situar o debate na ideia de que havia uma mulher universal, uma vez que analisando a realidade de mulheres negras, por exemplo, se percebe que estão submetidas a uma tripla opressão, desse modo deveria ser considerado as mais variadas especificidades.

Desde seu processo de organização inicial enquanto espaço de organização política, o CNP tem construído diversas atividades além de promover discussões sobre as desigualdades que enfrentam enquanto mulheres negras, sempre pautando o enfrentamento de tais desigualdades. É importante pontuar, também, que o fato de realizarem suas reuniões e atividades na “quebrada” dá um recorte de classe a tal coletivo, porque se preocupam em levar as discussões para pessoas que não têm acesso e oportunidade para debater os problemas. Daí

¹¹ Informação retirada do blog construído por uma das integrantes do movimento disponível em: <http://coletivoarretadas.jor.br/maria-araujo/>. Acesso em 15 de junho de 2018.

se percebe o enfrentamento que têm em relação às desigualdades de classe, quando tentam, na medida do possível, burlar essa barreira.

O CNP não atua de forma isolada, pois integra a rede de mulheres negras do Rio Grande do Norte que é um espaço de discussão e promoção de atividades comuns, e também a Frente Feminista de Natal¹² que se configura como “uma organização política articulada por diversos coletivos anticapitalistas e organizações que buscam combater a violência de gênero e lutar na efetivação dos direitos das mulheres na capital do RN”.

Através do levantamento documental realizado em sua rede social e de documentos publicados por este grupo, buscamos identificar as atividades e reuniões que eram organizadas pelo CNP ao longo de dois anos (2017-2018) a fim de identificar como essas mulheres vão realizar ações no enfrentamento das desigualdades sociais provocadas pelas categorias de classe, raça e gênero. O CNP, apesar de ser um coletivo jovem da região de Natal, vem construindo e participando de diversas ações sobre a temática de raça, gênero e classe, desde o seu surgimento, no ano de 2016. As atividades que conseguimos identificar são diversas, como:

a) reuniões, onde discutem sobre diversas temáticas relacionadas às suas vivências, pontuando questões importantes tais como o racismo, o machismo e questões de classe, discutindo sobre as relações de trabalho, onde as mulheres negras ocupam espaços precarizados de trabalho, sobre a construção da identidade como processo político;

b) intervenções junto com outros movimentos de mulheres negras onde participam de audiências públicas, de atos públicos, como também marcaram presença no FMS - Fórum Social Mundial de 2018¹³;

c) oficinas de turbantes, pintura e maquiagem para mulheres negras, entre outras ações em torno da temática Mulher Negra e Autocuidado;

d) estudos e disseminação de debates, a exemplo da participação do Coletivo na revista digital Potiguara, lançada no dia 23/03/2018, pelo mandato do deputado estadual Fernando Mineiro (PT/RN)¹⁴, onde elas abordam o tema da violência doméstica que atinge as mulheres negras da periferia de Natal.

¹² Informação retirada artigo:

<http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499102647_ARQUIVO_TrabalhoFG2017.pdf> Acesso em 15 de junho de 2018

¹³ Ver mais em: <https://wsf2018.org/fr/>

¹⁴ Ver mais em: <http://mineiropt.com.br/revista-potiguara-debate-violencia-e-propoe-politicas-de-seguranca/>. Acesso em 15 de Jun. 2018

Todas as atividades realizadas são espaços de debates sobre questões raciais e de gênero, permeados pela perspectiva de classe. Particularmente, o Coletivo aborda a temática sobre a violência doméstica, em que chamam atenção para o grande número de denúncias de violência contra as mulheres negras que vêm crescendo no estado do Rio Grande do Norte, em especial no município de Natal, colocando que a maior parte dos casos de violência doméstica que ocorre neste município está situado na Zona Oeste. As participantes do CNP realizaram uma pesquisa com as mulheres que já passaram por situações de violência doméstica e como estas conseguiram sair de um relacionamento abusivo, no qual levam em consideração alguns pontos em comuns entre as mulheres, dentre eles a religiosidade, condição financeira e ambiente familiar. Intitularam a pesquisa como “humanizada”.

A preocupação delas não se dá à toa, pois o estado do Rio Grande do Norte ocupou o 5º lugar no *ranking* quando o assunto é violência doméstica (WAISELFIZ, 2015). Partindo de uma análise municipal, a capital do estado está situada entre as cidades mais violentas para as mulheres. Quando se trata de violência emocional, a prevalência é de 34,82%. Natal ocupa o segundo lugar no *ranking* em relação à violência física, com 19,37%, e está em terceiro lugar em violência sexual (8,38%). Tais dados são de uma pesquisa inédita, apresentada no mês de novembro de 2017, na Casa da ONU em Brasília.¹⁵

Segundo os dados disponibilizados pelo Observatório da Violência Letal Intencional do Rio Grande do Norte (OBVIO RN)¹⁶ em Janeiro de 2017, quando se considera as mortes por conduta letal intencional de mulheres no RN, as mulheres negras e pardas constituem a maior parte das vítimas fatais, em que as mulheres pardas apresentam um aumento de 37,8%, seguida das mulheres negras com 8,5%, enquanto que a branca teve redução de -9,9%. O município de Natal lidera no *ranking* com contínuo crescimento de 14,8%.

As intervenções públicas do CNP vêm se intensificando, desde 2017, quando atuaram no projeto "Desconstruindo Estereótipos" e marcaram presença no 3º Encontro Estadual de Mulheres Negras¹⁷, realizado na Pinacoteca Potiguar no dia 26 de Março 2017, evento produzindo em alusão ao dia Internacional da Mulher e ao dia Internacional Contra Discriminação Racial. Esse evento promoveu discussões acerca da “construção e articulação de

¹⁵Ver mais em: <http://mineiropt.com.br/natal-e-uma-das-capitais-mais-violentas-para-mulheres/>

¹⁶Ver mais em: https://issuu.com/iveniodiebhermes/docs/obvio_femic__dios_ed_03. Acesso em: 15 de Jun. 2018

¹⁷Ver mais em: <https://br.eventbu.com/natal/3-encontro-estadual-de-mulheres-negras/2072755>

mulheres negras do RN em rede no enfrentamento a todo tipo de discriminação”. O coletivo produziu um documentário¹⁸ sobre o encontro realizado.

O CNP também promoveu, ao longo do ano de 2017, junto com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI, mesa redonda em alusão à semana da África. A ação buscou proporcionar à comunidade do IFRN – Campus Natal Zona Norte, mais um momento de aproximação e estudos sobre a temática “Diversidade e Inclusão”. Naquele evento, representantes do CNP abordaram o tema sobre “A Inserção da Mulher Negra e os Desafios no Mundo do Trabalho”, falando dos dados que se apresentavam, evidenciando que a mulher permanece em postos de trabalho com salários menores do que os homens, numa condição de inferiorização racial e salarial.

As mulheres negras do CNP também produziram material para participar da Audiência Pública¹⁹ realizada na Assembleia Legislativa do RN sobre a garantia de direitos do território da população negra. Organizada pelo mandato do Deputado Estadual Fernando Mineiro, a audiência teve o objetivo de debater e dar visibilidade à importância do Decreto Federal 4.887, de 2003, que estipula os procedimentos administrativos para a titulação dos territórios quilombolas no Brasil.

O CNP tem articulações locais, estaduais, nacionais e de caráter mundial, em uma proposta para unificação de ações além de ampliação da incidência política sobre pautas pertinentes às mulheres negras. Participou da Marcha Nacional da Juventude Negra Feminista que ocorreu em São Paulo, no mês de Setembro de 2017, trazendo consigo uma grande bagagem de experiência. Em 25 de Julho de 2017, participou no RN do Dia Internacional das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas e Dia Nacional de Teresa de Benguela e Mulher Negra. Junto com a Rede de Mulheres Negras do RN construiu o "Julho das Pretas", onde o tema do evento era "Ancestralidade, Memória e Identidade das Mulheres Negras". Além de terem participado do evento sobre o extermínio da população negra aqui no município, fizeram participação e construção do Slam do Empoderamento Feminino, como também fizeram parte da I Reunião da comissão organizadora com o objetivo de construir uma atividade para a instalação da Anistia Internacional no RN.

Essas e outras iniciativas estão disponíveis em sua página oficial, onde contam com cerca de 347 curtidas, lá divulgam quando serão realizados os encontros mensais, divulgam as

¹⁸Ver mais em: <https://drive.google.com/file/d/0B9zrwRnMBOZ2T2ZMQ3JBTXUxNGs/view>

¹⁹ Ver mais em: <http://mineiropt.com.br/caravana-vai-a-recife-em-defesa-de-acaia-e-do-reconhecimento-das-terras-quilombolas/>. Acesso em: 15 de Jun. 2018

atividades que realizam e participam, como também compartilham textos, vídeos, músicas e poemas sobre temáticas pertinentes às suas lutas, pautando que as informações e o acesso deveriam chegar corretamente às mulheres negras para que possam fortalecer suas comunidades. Elas acreditam que é importante a organização, a persistência e força para que possam reagir contra toda e qualquer repressão que for posta pela sociedade.

Diante da análise realizada, a partir das ações desenvolvidas e participações do CPN, percebe-se que o compromisso adotado pelo coletivo vai muito além do enfrentamento das questões de raça e de gênero, mas que perpassa a opressão de classe, onde sempre levam estas questões para o seio do debate. E como se trata de mulheres negras da periferia, o CNP utiliza-se de suas visões de mundo, moldadas pelo pertencimento racial, de gênero e classe para ler a realidade e, assim, nela poder intervir. Assim é o ativismo dessas mulheres, engajado na atuação contra o racismo, o sexismo e a discriminação de classe social, realizando inúmeras atividades na periferia de Natal, onde evidenciam as suas demandas, assim como também participam de ações para buscar o enfrentamento das desigualdades provocadas por tais categorias.

O CNP também se utiliza das redes sociais como ferramenta política para enfrentamento destas desigualdades e realizam seu ativismo quando participam da esfera política na participação em audiências na defesa da população negra, como também constroem coletivamente ações de resistência através de reuniões mensais para fortalecimento do grupo, visto que as mulheres negras precisam se fortalecer em conjunto para produzir ações de resistência no enfrentamento dessas desigualdades, além de abrir espaços para articulação com outros movimentos, não se configurando em um grupo centrado em si próprio.

Realizam seu ativismo quando chamam a atenção para como estas mulheres negras são vistas e inseridas no mercado de trabalho, em razão deste espaço se configurar em um espaço de privilégio de pessoas brancas ou quando trazem à tona a violência que acomete as mulheres negras no âmbito privado.

O CNP volta-se para discussão interna, através de reuniões, mas não deixa de visibilizar as suas pautas em ações realizadas na região de Natal, sobretudo, durante as oficinas de turbantes que expressam o resgate da ancestralidade e da identidade negra como força política. O CNP desenvolve suas atividades externas e internas com o propósito de dialogar e visibilizar a sua realidade, a de mulheres negras pobres, utilizando-se disso para vencer as amarras do racismo, do sexismo e das desigualdades de classe.

O Coletivo As Carolinas (CAC) surgiu no ano de 2015, inspirado na força e na história da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, considerada uma das primeiras e mais destacadas escritoras negras do País, autora do livro autobiográfico “Quarto de Despejo: Diário

de uma Favelada”. Nas publicações em sua página oficial²⁰, o grupo sempre traz trechos e aborda a história dessa grande escritora. As participantes do Coletivo se uniram por várias questões em comum, mas principalmente pelo combate ao racismo. O CAC é composto por mulheres negras jovens, que lidam com os desafios da vida urbana e periférica, são mulheres estudantes e trabalhadoras, onde a luta delas, segundo elas mesmas, é uma luta antifascista, antissexista e antiLBTfóbica. O CAC iniciou sua atuação em 2015 em articulação com o Levante Popular da Juventude, com a realização de uma roda de conversa num diálogo sobre gênero e raça com jovens do bairro do Gramoré e entorno.

Desde seu processo de organização inicial, enquanto espaço de organização política, o CAC tem construído diversas atividades e eventos além de promover discussões sobre as desigualdades que enfrentam enquanto mulheres negras. Através do levantamento documental realizado em sua rede social e de documentos publicados por este grupo em *blogs*, buscamos identificar as atividades e reuniões que eram organizadas pelo Coletivo ao longo dos anos de 2015 a 2018, afim de identificar como estas mulheres realizam ações no enfrentamento das desigualdades sociais de classe, raça e gênero.

Assim como identificado no coletivo Negras de Periferia, o Coletivo As Carolinas também realiza atividades diversas como: formação interna em oficinas, rodas de conversas e outros eventos; participação em atividades de rua, atos públicos; participação em publicações e estudos; presença em eventos locais, estaduais e nacionais; articulação em rede, a exemplo da participação na Rede de Mulheres Negras do Nordeste e na Rede de Ciberativistas Negras, entre outras.

Destacamos, em 2016, a realização do evento "Atitude Negra: Rafael Braga Livre!" em parceria com o Movimento Cultural Nossos Valores, a Frente Hip-Hop Potiguar, e o Coletivo Rua, além de contar com vários parceiros e parceiras, pretos e pretas. O evento aconteceu na Redinha, no ano de 2016, e fez parte de uma Campanha Internacional Pela Liberdade de Rafael Braga. O objetivo era realizar diversas atividades com a centralidade da negritude, em homenagem ao novembro negro (mês da consciência negra) e visibilizar a Campanha Internacional Pela Liberdade de Rafael Braga. Foi um evento que teve oficina de danças negras, oficina de dança de rua, oficina de capoeira, roda de diálogo sobre violência contra a juventude negra e racismo e finalizado com palco aberto com dança rap e break.

²⁰ Ver mais em: https://www.facebook.com/coletivoascarolinas/?ref=br_rs

Ainda naquele ano, em meio às lutas dos secundaristas que aconteciam em todo o Brasil, Natal também não ficou de fora, e nesse sentido o coletivo As Carolinas também fez parte desse processo de mobilização e de construção política, ocupando a escola Augusto Severo, junto com os estudantes que ali estavam, promovendo uma roda de conversa sobre identidade negra.

Em meio às comemorações do dia 8 de março, o CAC junto com outros coletivos feministas e ativistas independentes organizaram um evento intitulado de "As Mulheres Vão Parar", cujo objetivo era parar o Brasil para chamar atenção sobre os desmontes de direitos e as violências que as mulheres sofrem. Era um evento internacional que as mulheres brasileiras aderiram para pontuar suas demandas e situação. Esse evento ganhou destaque nacional, chamando atenção para o que o Dia Internacional da Mulher representa, que vai muito além de uma data comemorativa apropriada pelo capitalismo, mas sim um dia de luta política.

No campo cultural, O CAC juntamente com o Coletivo Leila Diniz, participou do lançamento no mês de maio de 2016 das produções em zine de Nzinga Mbandi sobre racismo, afetividade, maternidade negra e outros assuntos reunidos na coleção "Rabiscos de Mim". O Coletivo também promoveu um grande evento intitulado Poéticas Negras - Edição Maternâncias, com o apoio do Coletivo Afra e do Coletivo Negras de Periferia, onde pretendiam juntas dialogar sobre maternância negra, seus desafios e perspectivas, aliando o debate sobre as dores com a luz da força ancestral que se fortalece e se reinventa na maternância negra = maternidade + militância. Além do debate também teve poesia, dando abertura para expressões, músicas, experiências de autocuidado, dança etc., além de ter uma apresentação de baile charme, e alguns escritos de Carolina Maria que foram declamados.

Com a estreia do filme do Pantera Negra em Natal, resolveram realizar um encontro coletivo, a ideia foi reunir o maior número possível de negros e negras para, juntos, acompanharem a estreia do filme, ajudando a quebrar paradigmas e fortalecer as referências que são construídas na mídia convencional.

O CAC é bastante atuante na área da Comunicação. Participou do Seminário Juventudes Compartilhando Saberes, além de estar participando do Encontro da Rede de Cibe ativistas em Defesa das Mulheres Negras, promovido pela ONG Criola, na cidade do Rio de Janeiro. No mesmo mês de julho de 2017 realizou a primeira edição do evento Mulheres negras e Comunicação: "nós por nós nas mídias", onde o diálogo era sobre mulheres negras, comunicação e mídias sociais, com oficinas de fotografia e de vídeo. No mês de outubro

realizou a segunda edição do evento em parceria com o NEGêDI²¹ para dialogar sobre as Mulheres Negras e Comunicação e produzir uma oficina sobre o lugar das negras nas mídias sociais e na comunicação do RN.

Julho de 2017 também contou com outro evento, que se realizou através de uma roda de conversa sobre "Mulheres Negras Contam sua História", abordando temas relativos aos direitos à comunicação, representação política e a construção dos discursos e narrativas de luta, realizado no IFRN Campus Natal-Central, como, também, esteve presente no I Encontro das BlogueiraNegras, realizado em outubro de 2016.

Atuando na defesa da liberdade de orientação sexual, no mês de agosto de 2017, como era o mês da visibilidade lésbica e bissexual, o CAC realizou o RolezimSapaBi das Pretas. Pontuaram que a escala da hierarquia tenta pisar as mulheres negras e que invisibilidade também é violência. Desse modo, visibilizaram a sua existência para resistir, ressaltando que mulheres lésbicas negras também existem.

No ativismo contra a violência doméstica que atinge as mulheres negras, o CAC participou de ação para mobilização do "Tamo Juntas"²², além de ser parceiro, no intuito de alertar sobre a violência doméstica. A denúncia da violência contra os jovens também tem mobilizado o CAC que atuou no evento "Negro Jovem Vive em Natal"²³, realizado na UFRN em Natal/RN, que contou com a participação de uma das integrantes do movimento. Esse evento, organizado pela Anistia Internacional, tinha como intuito romper o silêncio e a indiferença diante de uma realidade permeada por violência contra jovens negros, mobilizando a sociedade para assinar o manifesto "Queremos ver os jovens vivos". O manifesto defende o direito a uma vida livre de preconceito e violência, solicitando políticas públicas que possam contribuir para o enfrentamento dessa realidade. Também tornou-se pauta do movimento discussões sobre o racismo institucional. Uma integrante do coletivo participou de uma

²¹ NEGêDi: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Diversidade.

²² Ver mais em: O tamo juntas presta assessoria multidisciplinar (jurídica, psicológica, social e pedagógica) gratuita para mulheres em situação de violência. <http://tamojuntas.org.br/quem-somos/> Acesso em: 18 de Jun. 2018

²³ Ver mais em: https://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=158252&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia ou <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/anistia-internacional-promove-roda-de-conversa-jovem-negro-vivo-em-natal.ghtml>

conversa no Programa Grandes Temas, da TVU, abordando o referido tema. Esse programa²⁴ foi ao ar no mês de novembro de 2017.

Além das atividades e eventos acima listados, o CAC participou de muitos outros em articulação com o CNP e outras redes de mulheres do Rio Grande do Norte, a exemplo do Comitê Impulsor RN da Marcha das Mulheres Negras 2015, do I Encontro das Blogueiras Negras, da Marcha da Periferia Natal, do II Encontro Inter-regional Norte e Nordeste de Organizações de Mulheres Negras e Populares, do III Encontro Estadual de Mulheres Negras do RN, do Dia Internacional da Mulher e do Dia da Consciência Negra, no quilombo de Grossos - Bom Jesus/RN. Participou, também, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) que realizou uma Semana de Mobilização Online Pró-Saúde da População Negra, cuja ação teve como foco discutir o impacto do racismo na saúde mental de pessoas negras nos diferentes contextos.

O CAC também produz reflexões e documentos sobre as diversas questões das mulheres negras: estética, identidade, ancestralidade, enfrentamento da lesbofobia, do machismo e racismo, estereótipos e invisibilidade da mulher negra, silenciamento, autoestima, aborto, entre outras infindáveis questões. Vários desses documentos estão publicados em *blogs* como o Saibamais²⁵ e o Blogueiras Negras²⁶ como, também, em sua rede social.

Em uma de suas publicações sobre o 8 de março, pontuam a realidade da mulher negra que, em sua maioria, está desempregada ou ocupa o subemprego. Em tempos de crise do grande capital são estas as mais penalizadas. Nesse sentido, o CAC coloca como ponto indiscutível que o 8 de Março realize sempre protestos e denúncias.

Falam também sobre a identidade negra, na relação da aceitação dos traços negros, pontuando que, desde pequenas, nós, mulheres negras, deparamo-nos com a questão do nosso cabelo, sendo este um importante traço identitário. No entanto, o cabelo tido como “ruim” vai servir para a não aceitação do negro como ele é, e que isso vai prejudicar na sua autoestima, num processo de negação de si mesmo, acarretando em um esforço para entrar no padrão estabelecido.

²⁴Programa disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9yP5CPujwGc>

²⁵Saiba mais é uma agência de reportagem e jornalismo independente sem fins lucrativos formada por um coletivo de profissionais de comunicação pautada pela defesa dos direitos humanos, das liberdades individuais e da democracia. Acesse: <http://www.saibamais.jor.br/quem-somos/>.

²⁶Blogueiras Negras é um site colaborativo, que coordenado por um time de mulheres cujo principal interesse é ser uma plataforma de publicações par autoras negras. Acesse: <http://blogueirasnegras.org/equipe/>

Pontuam, também, que a aceitação da beleza negra se constrói num processo identitário, informando que, no Brasil, a história construiu um sistema de classificação racial em que a cor da pele e o cabelo vão demarcar as diferenças raciais e reforçar ideologias raciais. Por fim, coloca que devemos auxiliar na construção de uma identidade negra positiva desde a infância, no seio familiar, para que a criança enxergue positivamente a cultura, a estética e a história negra em si, onde coloca que grupos que tratam da questão racial são benéficos onde o trabalho deva ser constante. O coletivo discute a questão da identidade a partir da aceitação do cabelo crespo, como ponto de afirmação política.

Em alusão ao Dia do Trabalho, produziram outro documento que trata da mulher negra em relação ao trabalho, em que as mesmas ocupam lugares precários de emprego e são a maior vítima do desemprego. Tratam também da abolição, em 13 de maio, como um dia, segundo elas chamado por Abdias Nascimento, como “mentira cívica”, uma vez que foi dada a “liberdade” à população negra, mas lhe foi negado um conjunto de direitos fundamentais, tais como trabalho, saúde, educação e moradia.

O CAC também produziu um texto em homenagem a Carolina de Jesus, que completaria 104 anos em Março deste ano. Elas ressaltam que Carolina de Jesus foi uma grande mulher negra, mãe, trabalhadora, que escrevia o que sentia e vivia e, mesmo sua obra tendo alcance mundial, é deslegitimada por aqueles que insistem em reforçar o estereótipo de “negra favelada que escrevia livros”, tentando desqualificá-la enquanto escritora. Contudo, a Carolina de Jesus, bem como colocado pelo Coletivo, tirava da sua realidade o combustível para escrever sua obra, tendo em suas vivências a inspiração para denunciar a miséria presente nas favelas, numa forma de escrever lancinante.

Devido ao trabalho desempenhando ao longo do tempo, o CAC recebeu da Câmara Municipal de Natal a comenda Zumbi dos Palmares, em reconhecimento pelo trabalho realizado desde o seu surgimento, como também apareceu na lista das 25 webs Negras mais influentes em 2017, listado pelas blogueiras negras²⁷. Tais reconhecimentos vão evidenciar a importância deste coletivo, que empreende diversas ações, como eventos, fóruns, oficinas, dentre outros, com conteúdo que fala sobre a negritude, como forma de resistência coletiva no confronto das desigualdades de raça, gênero e classe.

²⁷ Ver mais em: <http://blogueirasnegras.org/2017/12/29/25webnegras-juntas-somos-mais/>. Acesso em 15 de Jun. 2018.

Analisando o referido coletivo, percebe-se que seu ativismo está empenhado em visibilizar e questionar as muitas opressões às quais as mulheres negras são vítimas, evidenciando suas demandas, num processo de enfrentamento das desigualdades.

Por mais que a categoria de classe social não esteja sendo colocada visivelmente em pauta, ela está presente, de forma intrínseca nas falas e ações destas mulheres negras, já que as próprias integrantes - tanto de um coletivo quanto do outro - identificam-se como mulheres pobres, trabalhadoras. Nesse sentido, lutam por melhorias nos serviços públicos, na defesa dos direitos e pela previdência social, como também lutam por uma educação de qualidade para jovens negros da periferia.

O coletivo tem forte desempenho no que se refere ao ativismo digital, lugar este que dá espaço para que essas mulheres denunciem as opressões das quais são vítimas, uma vez que a grande mídia apenas está preocupada em reproduzir estereótipos e preconceitos. Realizam ativismo quando falam da sua identidade como ponto de resistência política, trazendo a necessidade de ter representatividade nos mais variados espaços de poder, como também compartilham documentos para instrumentar outras mulheres negras, além de evidenciar a necessidade da discussão sobre as demandas que são pertinentes a elas.

E é justamente falando sobre sua realidade, realizando ações, participando de atos públicos e de atividades e eventos na periferia de Natal e em outros espaços que estas mulheres realizam seu ativismo frente às desigualdades sociais, sempre pautando sobre a necessidade de entender a realidade marcada por opressões estruturantes. Sob esse aspecto é de fundamental importância colocar que muitos são os desafios que estão postos aos movimentos sociais na atualidade, uma vez que vivenciamos um processo de perda de direitos e de avanço do conservadorismo. Para os coletivos feministas, em especial, esses desafios aparecem de forma mais dura, visto que a luta que enfrentam aparece articulada não só com o campo objetivo, mas também subjetivo, em que as opressões dificultam suas vidas. Precisam lutar para resistir, em meio a um sistema perverso, permeados por várias desigualdades sociais de raça, gênero e classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual contexto social brasileiro aparece permeado por um processo de tamanha perpetuação de violência racial, de gênero e classe, onde tantas opressões evidenciam uma sociabilidade doentia. Este processo se caracteriza com o desmonte de direitos que precariza as relações sociais, intensificando ainda mais a violência. Neste sentido, a luta do movimento feminista negro vai ser um importante instrumento de enfrentamento dessa sociabilidade perversa, num processo de resistência e de combate às mais variadas violências.

A presente pesquisa fez interface com categorias centrais para o entendimento da realidade social, sendo elas a raça, gênero e a classe social, de tal modo que pudemos compreender como vai se dar a luta das mulheres negras, permeada por um processo de apagamento de “identidade” numa ideologia racista de embraquecimento e de uma falsa democracia racial, que nega aos sujeitos a sua negritude enquanto processo de resistência política. Esse ideal racista vai provocar reflexos no movimento feminista negro que por sua vez se utiliza da compreensão de “identidade” como forma de enfrentamento das desigualdades.

A proposta era analisar como o ativismo de grupos de mulheres negras em Natal/RN na cena contemporânea empreende as ações de resistência coletiva no confronto das desigualdades de raça, gênero e classe. Buscava-se realizar essa análise a partir da compreensão do ativismo das organizações e lutas mapeadas, identificando as ambivalências da construção e da aceitação da identidade negra feminina como um ponto de afirmação da resistência de mulheres negras.

Ao longo deste trabalho, resgatei aspectos da trajetória do movimento de mulheres negras brasileiras a partir da abertura política nos anos de 1980, atuando ao lado de outros movimentos sociais, que surgiram em resposta ao avanço do racismo, do preconceito de gênero e em relação a problemática da desigualdade de classe provocada pelo capitalismo. Dessa forma, a união dessas mulheres juntas representou um ato político de contestação e de resistência.

Como também pontuei, a história das mulheres negras que além de questionar a submissão, questionam também as opressões que as amarravam num contexto de desigualdades raciais de gênero e de classe, questionando assim o próprio feminismo hegemônico que tinha como premissa as mulheres brancas burguesas heterossexuais. Diante de tal problemática de negação, as mulheres negras passaram a constituir um movimento próprio e autônomo no reconhecimento de sua identidade como construção política, que levassem em consideração as suas especificidades, no enfrentamento dos diversos tipos de violência, de exploração e dominação que sempre tiveram presentes em suas vivências.

Pontuei aspectos da história do movimento feminista negro que construiu a sua autonomia política reinterpretando a realidade a partir de suas vivências, possibilitando a elaboração de um pensamento feminista próprio, expressando a possibilidade de uma política descolonizada, que tenha como base um pensamento não dominante.

Evidenciando a minha objetividade no trabalho, situei a minha visão de mundo, que por sua vez se molda no meu pertencimento racial, de gênero e de classe. Para ler a realidade me utilizei da perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002), uma forma também adotada pelo movimento de mulheres negras, e que por sua vez se mostra útil na medida em que evidencia a forma como os diferentes eixos de opressão se interagem e se configuram, reproduzindo desigualdades e violências, que este entendimento de intersecção na verdade é uma teoria conceitual feminista negra, e como tal usei como ferramenta política. Este estudo me permitiu compreender a interseccionalidade dos sistemas de opressão e dominação, permitindo entender como as categorias se relacionam.

No capítulo 2, de forma breve discuti sobre o feminismo negro. Acredito que a construção de uma epistemologia feminista negra vai ser orientada pela forma como as feministas negras vêem o mundo (CARDOSO, 2012), onde estas mulheres estão propensas a vivenciarem situações específicas, dependendo do grupo à qual estão inseridas, submetidas a um sistema de opressão racista e sexista, que marca profundamente suas vidas, e dessa forma, tais categorias são base para construção de produções teóricas, do próprio conhecimento. Desse modo, segundo Cardoso (2012), tal situação vai demarcar inclusive a elaboração de uma epistemologia.

Trouxe para o debate também a crítica do feminismo hegemônico, do feminismo da igualdade e da diferença, que vai refletir numa compreensão política das relações de gênero, como também a questão da “identidade negra” como questão política, procurando analisar como essa se constrói na sociedade brasileira e como repercute.

No Capítulo 3, pontuei brevemente sobre a história dos movimentos de mulheres negras, tendo como objetivo analisar como o coletivo de mulheres negras da região de Natal empreende ações de resistência no enfrentamento das desigualdades de raça, gênero e classe, onde estas mulheres organizam-se em uma agenda que contempla as suas especificidades, passam a se organizar movidas por uma concepção de mundo partilhada.

O movimento feminista negro surge como forma de fortalecimento entre as mulheres negras, no enfrentamento das desigualdades provocadas pelas categorias consolidando de sua própria organização e força política.

Primeiramente é válido pontuar que as organizações não têm suas atividades sistematizadas em documentos acadêmicos publicados, se apresentando como uma fragilidade para minha pesquisa, contudo foi identificado que os dois coletivos utilizam-se das redes sociais como ferramenta política, na medida em que sempre aparecem divulgando suas ações, eventos e atividades entre as negras da região de Natal. Atividades estas que sempre trazem como pauta a mulheres negras.

É muito mais do que uma militância virtual, embora essa seja importante, uma vez que vai cumprir um significativo papel na vida de muitas mulheres negras. Estas mulheres também constroem espaços de lutas físicas que marcam sua trajetória política e social na região de Natal, com uma dinâmica de organização para além da esfera virtual.

Os dados sobre a violência contra a mulher negra em Natal e em outros estados apresentados anteriormente, vão evidenciar uma problemática, considerando que tais casos não se apresentam de forma isolada. Nesse sentido os coletivos compreendem de que as violências de gênero, de raça são estruturantes para o capitalismo e desejam um mundo sem violência. Dessa forma, a sua luta vai implicar também uma luta contra o capital, até porque as mulheres negras pobres são as que mais são afetadas pelas crises do grande capital.

As atividades dos dois coletivos aqui estudados têm sido importantes pois, constroem espaços de atuação política, estas mulheres que se intitulam como mulheres negras, trabalhadoras, pobres e periféricas, compreendem desde cedo que a luta não é só de sexo, mas que ela tem raça e classe, onde o capitalismo aprofunda ainda mais as relações de desigualdades raciais e de gênero.

São estas mulheres que vão compor uma vanguarda de lutas e que por sua vez vão sentir em seus corpos e subjetividades a violência que se acirra na cidade de Natal/RN. São estas mulheres que enfrentam o racismo de todo dia, do patriarcado e de classe, além de inúmeras outras violências. Tais questões vão demonstrar a gravidade da crise a qual as mulheres negras se encontram, de tal modo que se fez necessário a construção de um movimento que buscasse o enfrentamento das desigualdades sociais, enfatizando a importância do feminismo na vida das mulheres negras para promoção e efetivação de direitos.

Nesse sentido, os dois coletivos de mulheres negras aqui analisados, possibilitam a construção de um espaço de articulação política, na reivindicação de pautas para as mulheres negras, corroborando a afirmação de Silva e Camurça (2010) que colocam que se as mulheres não estiverem organizadas nenhuma luta feminista se fará. Assim, os coletivos ora apresentados vão ser uma expressão da luta de mulheres negras, que resistem perante as violências das quais são vítimas e presenciam, onde seu levante se caracteriza como um processo político de

rompimento de valores e posturas conservadoras, onde essas mulheres, constrói coletivamente processos de busca pela ancestralidade e de consciência de classe.

E é desde modo que as mulheres negras constroem tais coletivos e realizam o enfrentamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero. Elas constroem coletivamente ações de resistência, se fortalecem umas com as outras e dão instrumentos para que outras se fortaleçam e resistam juntas, quando criam espaços para discursão, quando promovem eventos na própria periferia para visibilizar o quanto as mulheres negras podem ser articuladas e podem se unir apesar do patriarcado e do racismo tentar a cada passo obstruir essa união, elas resistem e insistem na luta por uma sociedade que compreenda que vivenciamos um processo de apagamento, de marginalização e de opressão, são estas especificidades que exigem que estas mulheres busquem um protagonismo no feminismo, levando em consideração as suas demandas.

Como pontua Lélia Gonzalez “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial”. Posto isto, entende-se que a luta das mulheres negras é algo necessário, onde a história do feminismo negro conforme Lélia Gonzalez (1984, p. 3 *apud* CARDOSO, 2012) “é fundada numa experiência histórica comum”, sendo esta a base da luta das mulheres negras, desde o período escravista até os dias atuais. Não obstante, precisamos pautar que a sociedade brasileira é uma sociedade que adocece pelo racismo, que por sua vez se caracteriza num processo de apagamento cultural, sendo necessária a identificação enquanto pessoa negra como um processo político de resistência. É nesse sentido que os coletivos se apresentam, onde as mulheres negras seguem se afirmando e pontuando suas demandas, para além do grupo a qual estão inseridas, pois levam suas questões e bandeiras de luta para as periferias, lugar que demanda nossa atenção, uma vez que é neste espaço que está mais visível a desigualdade.

Esta temática também se faz importante para o Serviço Social, enquanto profissional requisitado para realizar um processo de assessoria ou consultoria a um movimento social. Como pontua (SANTOS *et al.*, 2013), esse espaço deve ser retomado pelo profissional de Serviço Social, na necessidade de politizar o debate junto aos movimentos sociais como parte de sua constituição e exercício, sem deixar de considerar a análise da realidade.

Se faz importante para a categoria uma vez que se verifica no campo do Serviço Social que não há muitas pesquisas voltadas para a questão racial, nesse sentido precisamos olhar que a problemática da desigualdade vai muito além da questão de classe, que ela tem outras características tais como raça e gênero. No entanto é importante ressaltar que os desafios e limites postos a discursão da temática da questão racial no Serviço Social são muitos, considerando que são poucos os autores desta área que realmente se comprometem ou se

preocupam em discutir sobre ela, permanecendo inalterados, mesmo diante do crescimento desta discussão, onde se verifica dificuldades da profissão compreender a fundo esta temática, que por sua vez vai comprometer a atuação deste profissional.

É nesse sentido que trago a importância da temática para este campo profissional, pontuando que a sociedade brasileira está permeada por outras opressões além da classe, onde se faz necessário buscar compreender como a questão racial vai influenciar nas relações sociais e, a partir dessa compreensão, empreender ações de enfrentamento dessas desigualdades, haja vista que esta questão perpassa todos os âmbitos da vida social dos sujeitos, seja na saúde, educação, no trabalho dentre outros espaços.

Diante disso, como já mencionado, o Serviço Social, como profissão que luta pelos direitos da população e de grupos específicos, no enfrentamento da Questão Social e de suas diversas expressões, deve buscar realizar o enfrentamento da questão racial no seu cotidiano profissional, sem contudo cair em discursos naturalizantes de culpabilização dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Janaiky Pereira. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. Capítulo 2 - Relações patriarcais de gênero no capitalismo p. 46-72. Janaiky Pereira Almeida; orientador Silvia Cristina Yannoulas. -- Brasília, 2017. 262 p.
- CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. O que é gênero / Silvia Camurça; Taciana Gouveia. - 4ed. - Recife: **SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia**, 2004. 40p. - (Cadernos SOS CORPO; v.1).
- CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras** / Cláudia Pons Cardoso. – Salvador, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, p. 7-372, 2003.
- _____, Sueli. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), *Racismos contemporâneos* (pp. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora.
- _____, Sueli. Capítulo 2. Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: Mulheres negras, violência e pobreza in: Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (2003). Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher - Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Brasília, DF: A Secretaria.
- _____, Sueli. Epistemicídio. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>> Acesso em: 07 de Novembro de 2017.
- _____, Sueli. “Identidade feminina”. Cadernos Geledés: Mulher negra, São Paulo, Caderno IV, Geledés, p. 9-12, 1993.
- _____, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 18 de Jun. 2018.
- _____, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>> Acesso em 18 de Jun. 2018.
- CHAUÍ, Marilena. O que é *ideologia* / *Marilena Chauí*. 7. 2. ed 7 São Paulo : Brasiliense, 2008. 7. (Coleção primeiros passos ; 13). 9ª reimpr. da 2. ed. de 2001.

COSTA, Cláudia de Lima, and Eliana ÁVILA. "Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o 'feminismo da diferença'". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 691-703, 2005. Disponível em : <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/8386/7725>>, Acessado em 30.05.2018.

COSTA, Thaysi Cruz da. "Não há revolução sem teoria": expressões ideoculturais de gênero e reflexões acerca da pós-modernidade e da crítica marxista. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016

CURIEL, Ochy. **Identidades Esencialistas o Construccion de Identidades Políticas**: El dilema de las feministas negras. *Rev. Otras Miradas - Vol. 002 - Nº 2*. 2002. Disponível em: 166 <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/22805/1/articulo2_4.pdf>. Acesso: 30.maio 2018

CRENSHAW, Kimberlé. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GENERO. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso: 30.maio 2018

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor e MONTEIRO Simone - *Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n1/a08v20n1.pdf>> Acesso em: 26 de Abril de 2018.

DATAFOLHA. A vitimização de mulheres no Brasil. **Instituto de Pesquisa Datafolha**, São Paulo, fev., 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981]

GOHN, M da G - *Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs*. Londrina - *Revista Meta: Avaliação* v.5, n.14, p.238-253, maio/agosto 2013.

GUIMARÃES, A S. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 54, julho de 1999, pp.147-156.

_____, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modos, temas e Tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil, **Novos estudos CEBRAP**, n. 43, São Paulo, Cebrap, 1995, pp. 26-44.

_____, Antônio Sérgio Alfredo. **Formações nacionais de classe e raça**. Tempo Social, v. 28, n. 2, p. 161-182, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, pp. 4051. ISSN 1413-2478.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução Patrick Burglin. 2ª edição. Belo horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-71, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. SER Social, Brasília, v.15, n. 33, p- 261-384, 2013.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos estudos - CEBRAP [online]. 2010, n.86, pp.93-103. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. ARGUMENTOS: REVISTA DE FILOSOFIA (IMPRESSO) , v. 9, p. 95-106, 2017

LIBENCE, Paula. A representação social da mulher negra nos programas de TV: do estereótipo à sexualização. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/representacao-social-da-mulher-negra-nos-programas-de-tv-estereotipo-sexualizacao/>> Acesso em: 07 de Novembro de 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ; Vozes, 1999.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. Cortez. São Paulo, 2011.

Mulheres Negras e violência no Brasil - Instituto Patrícia Galvão. <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/feminicidio/biblioteca/mulheres-negras-e-violencia-no-brasil/>> Acesso em: 18 de Novembro de 2017.

PISCITELLI, Adriana G. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). A Prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

QUEIROZ, F. M. de, et al. Violência contra a mulher: o pessoal é político. In: _____. (Coord.). Capacitação sobre a Lei Maria da Penha [...] no município de Mossoró/R. Natal/RN, [s.n.], 2012. p. 1-8.

- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- RIBEIRO, Matilde. "Mulheres negras brasileiras, de Bertiooga a Beijing". Revista de Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-57, 1995. Dossiê Mulheres Negras.
- REVISTA PALMARES. Cultura afro- brasileira. **Fundação Cultural Palmares completa duas décadas de luta e resistência na defesa das manifestações culturais afro e da liberdade religiosa**. Ano IV. Número 4; Brasília. 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos avançados**, v. 8, n.20, p. 137-152, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2018.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: . Acesso 21 Jun. 2018
- SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.
- SILVA, Brenda Beatriz. ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO DO CABELO AFRO ENTRE ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRN. UFRN 2016
- SILVA, LaylaMaryzandra Costa; RIBEIRO, Daniela Maroja. **RESSIGNIFICAÇÃO DE UMA PEDAGOGIA: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/brend/Downloads/artigo_revisado_layla_maryzandra-1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/brend/Downloads/artigo_revisado_layla_maryzandra-1%20(1).pdf). Acesso em: 13 de Jun. 2018.
- SANTOS, Maria Teresa dos; WESTPHAL, Vera Herweg; SOUSA, Sabrina Suelen; SANTOS, Sidiane dos. **QUESTÃO URBANA E ASSESSORIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: a experiência do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP**. 2013. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Quest%C3%A3o-Urbana-e-Assessoria-aos-Movimentos-Sociais.pdf>> Acesso em: 19/06/2018
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2015.